



18 DE JULHO DE 2017

Terça-feira

- **INFORMATIVO MPE**
- **LIMINAR MANTÉM 150 MIL EMPRESAS NO REGIME DE DESONERAÇÃO DA FOLHA**
- **A REFORMA TRABALHISTA FOI SANCIONADA. MEU CONTRATO DE TRABALHO VAI MUDAR?**
- **GOVERNO PROMETE OFERECER ALTERNATIVA AO IMPOSTO SINDICAL**
- **MINISTRO DO TRABALHO SE REÚNE COM EMPRESÁRIOS JAPONESES**
- **EMPRESÁRIOS DO ESTADO RETOMAM OTIMISMO**
- **PARANÁ PERDE 3.500 EMPREGOS SOMENTE EM JUNHO**
- **PERSPECTIVAS DE CONTRATAÇÃO PARA O 3º TRIMESTRE SOBE OITO PONTOS NO PARANÁ**
- **BRASIL CRIA 9,8 MIL VAGAS DE TRABALHO COM CARTEIRA ASSINADA EM JUNHO**
- **NOGUEIRA: COM REFORMA, BRASIL PODE GERAR 2 MI DE VAGAS NOS PRÓXIMOS 2 ANOS**
- **SALDO DE EMPREGOS EM JUNHO MOSTRA "RECUPERAÇÃO SEGURA DA ECONOMIA"**
- **HOVE GANHO PARA O TRABALHADOR EM MATÉRIA DE SALÁRIO, DIZ RONALDO NOGUEIRA**
- **EM MENSAGEM GRAVADA, TEMER TENTA RECOLOCAR A PAUTA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA**
- **MOODY'S: ACUSAÇÃO REDUZ CAPACIDADE DE TEMER AVANÇAR COM REFORMA PREVIDENCIÁRIA**
- **PREÇO MÉDIO DO ALUGUEL SOBE NO SEMESTRE, MAS CAI 1% EM UM ANO**
- **PARA FAZENDA, GOVERNO NÃO TEM COMO ABSORVER MUDANÇAS NO REFIS**
- **DYOGO: RELATÓRIO DO REFIS PREJUDICA CHANCE DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO**

- AUTUAÇÕES DA RECEITA SOMAM R\$ 73,636 BILHÕES NO PRIMEIRO SEMESTRE (+12,6%)
- MME CRIA GRUPO PARA PROPOR APRIMORAMENTO DO MARCO LEGAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS
- MERCOSUL RETOMA ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS E COMÉRCIO VOLTA A CRESCER
- POLÍTICAS EQUIVOCADAS MINARAM INTEGRAÇÃO DO BRASIL AO MUNDO, AFIRMA OMC
- 'FINTECHS' PODEM AMPLIAR EMPRÉSTIMOS
- DYOGO: TLP PERMITIRÁ QUE BNDES ATUE NO FUTURO COM MAIS CAPACIDADE
- ARTIGO: BNDES EM XEQUE
- BANCOS TRAVAM CRÉDITO DO BNDES À PEQUENA EMPRESA
- POR APOIO, GOVERNO 'RECICLA' BENEFÍCIOS
- EMPRESAS INADIMPLENTES SOBEM PARA 5,1 MILHÕES E DEVEM R\$ 119,2 BILHÕES
- O QUE LEVAR EM CONTA ANTES DE EXPANDIR O SEU NEGÓCIO
- MINISTRO DIZ QUE ESTUDA PROGRAMA DE MICROCRÉDITO PARA 1 MILHÃO DE FAMÍLIAS
- BOLSA BRASILEIRA INTERROMPE SÉRIE DE ALTAS E CAI 0,3%; DÓLAR FECHA A R\$ 3,18
- INDICADOR DE ATIVIDADE DA SERASA CAI 0,2% EM MAIO, ANTE ALTA DE 0,2% EM ABRIL
- UE PROPÕE TARIFAS SOBRE AÇO DO BRASIL, IRÃ, RÚSSIA E UCRÂNIA
- INDA REVISAR PROJECÇÃO PARA O ANO E QUEDA DE VENDAS DEVERÁ SER DE 5%
- RIO TINTO REDUZ PROJECÇÃO DE EMBARQUES DE MINÉRIO DE FERRO EM 2017
- COMPRAS DE AÇO PELA REDE DE DISTRIBUIÇÃO CAI 7,8% EM JUNHO
- USIMINAS AVALIA AUMENTO DE CHAPAS GROSSAS
- VOLKSWAGEN AVALIA OPÇÕES PARA FABRICANTE DE TRANSMISSÕES RENK, DIZEM FONTES
- NO PARANÁ, 189,8 MIL VEÍCULOS FORAM FINANCIADOS NO 1º SEMESTRE DO ANO
- NSK COMEMORA 45 ANOS COM CRESCIMENTO E CONTRATAÇÕES
- GRUPO RENAULT ATINGE NOVO RECORDE DE VENDAS GLOBAIS NO SEMESTRE
- CONTINENTAL E OSRAM NEGOCIAM PARCERIA EM ILUMINAÇÃO AUTOMOTIVA
- TINTAS MC RETOMA NEGÓCIOS COM O SETOR AUTOMOTIVO
- MAPAS HERE PASSAM A EQUIPAR MODELOS VOLVO

CÂMBIO EM 18/07/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,155	3,155
Euro	3,652	3,654

Fonte: BACEN

Informativo MPE

18/07/2017 – Fonte: CNI

A edição nº 20 do Informativo MPE, de 17 de julho de 2017, do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa - COMPEM / CNI traz, entre os destaques, a seguinte notícia:

Senado conclui aprovação e reforma trabalhista vai para sanção de Temer

Após aprovar o texto principal, em uma sessão marcada por confusões e protestos, os senadores concluíram nesta terça (11) a votação da reforma trabalhista. Enviado pelo governo e aprovado no Senado da mesma forma como veio da Câmara dos Deputados, o projeto de lei segue agora para sanção do presidente Michel Temer.

A proposta altera mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), permitindo mudanças como a prevalência do acordado entre patrões e empregados sobre o legislado nas negociações trabalhistas.

Com 50 votos favoráveis, 26 contrários e uma abstenção, o texto-base do projeto de lei foi aprovado no início da noite, mas os senadores continuaram a discussão por mais duas horas e trinta minutos, enquanto analisavam três destaques que buscavam alterar pontos específicos do projeto.

As sugestões buscavam excluir da reforma mudanças como a regulamentação do trabalho intermitente e a obrigação de que mulheres grávidas e lactantes apresentem atestado médico para que sejam afastadas de atividades insalubres.

Liminar mantém 150 mil empresas no regime de desoneração da folha

18/07/2017 – Fonte: Valor Econômico



Advogado Fabio Calcini: até então só havia informação de liminares individuais para garantir o pagamento da CPRB

As cerca de 150 mil empresas representadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp)

poderão continuar a recolher a contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB) – e não pela folha de pagamentos – até dezembro.

Uma liminar obtida pelas entidades no Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região (SP e MS) as autoriza a continuar no programa de desoneração da folha de salários, extinto pela Medida Provisória nº 774, editada este ano.

Apesar de se tratar de uma liminar, a decisão é relevante porque, segundo a Receita Federal, o Tesouro Nacional poderá perder cerca de R\$ 2 bilhões se a chamada reoneração – a volta da cobrança exclusivamente sobre a folha de salários – entrar em vigor somente em janeiro de 2018.

Hoje, de acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), há ao redor de 60 ações sobre o tema, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Em meio às reviravoltas nas discussões no Congresso Nacional, as empresas preferiram ir à Justiça para garantir a permanência no programa até o fim do ano.

Outro sinal favorável à tese de que a CPRB deve permanecer até dezembro é um recente precedente da Justiça Federal de São Paulo no mesmo sentido da liminar da Fiesp/Ciesp. A decisão de mérito foi obtida na sexta-feira por uma empresa de tecnologia da informação (ver abaixo).

A CPRB foi criada pela Lei nº 12.546, de 2011, durante o governo Dilma Rousseff, e fazia parte do "Plano Brasil Maior" – programa de desoneração tributária para reduzir a carga tributária sobre a folha de pagamentos. Inicialmente, a desoneração beneficiava um pequeno grupo de segmentos econômicos, como tecnologia da informação, transporte de carga e passageiros e hotelaria. Posteriormente, a lista foi ampliada.

Antes do novo regime, as empresas eram obrigadas a recolher valor equivalente a 20% da folha de salários ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com a CPRB, passaram a pagar entre 1% e 4,5% sobre a receita bruta. Em 2015, o regime tornou-se facultativo com a edição da Lei nº 13.161.

Editada neste ano, a Medida Provisória nº 774 encerraria a desoneração para 50 segmentos a partir deste mês. Mas as discussões na Comissão Mista do Congresso sobre a conversão da MP em lei resultaram em um relatório, de autoria do senador Aírton Sandoval (PMDB-SP), que adia a medida para janeiro. O cenário, porém, ainda pode mudar – a MP ainda será votada pelo Plenário das duas Casas.

A liminar concedida para as empresas associadas à Fiesp e ao Ciesp é uma tutela antecipada concedida pelo desembargador relator Souza Ribeiro. Segundo a decisão, o fim da desoneração em julho violaria o princípio da segurança jurídica, que constitui um direito fundamental.

"Sendo a opção [pela CPRB] irretratável para o ano calendário, a modificação ou revogação do prazo de vigência da opção atenta contra a segurança jurídica", diz o magistrado na decisão. "Viola também a boa-fé objetiva do contribuinte, que, na crença da irretratabilidade da escolha, planejou suas atividades econômicas frente ao ônus tributário esperado", acrescenta.

Procurados pelo **Valor**, Fiesp e Ciesp preferiram não se manifestar. Segundo advogados tributaristas, porém, a decisão é importante porque quem não faz parte das entidades poderá recorrer ao Judiciário para obter o mesmo direito, com base na liminar.

O advogado Fabio Calcini, do Brasil, Salomão & Matthes Advocacia, lembra que, até o momento, só havia a informação de liminares individuais para garantir o pagamento da CPRB até o fim do ano. "Apesar de ser uma decisão provisória e monocrática, como

foi proferida por um desembargador do TRF da 3ª Região e o efeito é coletivo dá a perspectiva de como o tribunal deverá analisar a questão", diz.

O tributarista explica que as empresas fazem a opção pela CPRB em janeiro, com o primeiro recolhimento da contribuição, e se planejam assim para o ano inteiro. "Elas se organizam acreditando que até dezembro vão pagar a contribuição nessa mesma sistemática", afirma Calcini.

Por nota, a PGFN informa que recorrerá quando intimada. "Trata-se de tese recente, mas que já havia sido identificada pelo órgão, ante seu potencial multiplicativo e impacto financeiro, razão pela qual inserida em acompanhamento especial, contando com sólida defesa a ser adotada em nível nacional", diz o órgão.

A procuradoria afirma ter convicção na sua defesa em juízo. Argumenta não existir direito adquirido a regime tributário favorecido, nem norma que impossibilite a alteração de regime de tributação ou benefício fiscal.

Para o órgão, a irretratabilidade defendida pelas empresas implica a ultratividade de lei revogada para além de sua vigência, bem como em benefício fiscal sem o devido amparo legal.

A reforma trabalhista foi sancionada. Meu contrato de trabalho vai mudar?

18/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

O texto da reforma trabalhista foi sancionado e vai alterar muita coisa na CLT. Saiba como isso vai ser aplicado ao seu contrato de trabalho.

A reforma trabalhista foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Michel Temer (PMDB). Daqui a quatro meses, a nova versão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) entra em vigor. Mas, o que acontece com os contratos de trabalho que já estão em vigor?

A resposta é simples: eles serão regidos pela nova lei. "Todos os contratos de trabalho serão contemplados pela nova legislação", disse o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, quando a lei foi sancionada. Isso quer dizer que quem já está trabalhando com a carteira assinada e quiser fatiar as férias em três períodos ou negociar um horário de almoço reduzido vai poder fazer isso depois do período de vacância da lei.

O juiz do trabalho Marlos Melek, que participou da comissão de redação da reforma trabalhista e vai continuar auxiliando nesse período de adaptação à nova legislação, esclarece que tudo é explicado por uma regra universal do Direito, que versa sobre direito material.

Ou seja: o que aconteceu no passado ainda será regido pela lei antiga, mas o que acontecer a partir do momento em que ela passar a vigorar, será avaliado sob a ótica da nova legislação. No aspecto processual, a nova lei também vai reger os processos que estão em andamento assim que entrar em vigor.

"Nós deixamos claro que os contratos de trabalho vigentes no país serão todos abarcados pela nova lei, para não criarmos no Brasil a situação do 'contrato novo ou contrato velho'", diz Melek. Ele explica que essa medida foi tomada para evitar uma interpretação errada sobre a validade da lei.

"Se não, muitos empresários poderiam dispensar os trabalhadores da 'lei velha' e contratar outros com contrato novo, pela 'lei nova'. Para não haver esse perigo, a lei aplica-se a todos os contratos em vigor no Brasil".

O professor de direito do trabalho da Universidade Presbiteriana Mackenzie Elton Duarte Batalha lembra que atualmente já é considerado fraude trabalhista o fato de demitir um funcionário e recontratar como pessoa jurídica (PJ), caso ele continue sendo tratado como alguém subordinado. "Isso vai continuar sendo fraude. A reforma não muda esse ponto", diz.

O advogado especialista em relações do trabalho Fabiano Zavanella, sócio do Rocha, Calderon e Advogados Associados, endossa a explicação, mas faz uma ressalva. "É uma alteração do direito material, portanto ela se aplica aos contratos em vigor, mas não vale para os contratos já finalizados", alerta.

Trabalhador continua protegido

Esclarecido que a partir do momento que a nova lei entrar em vigor, ela passa a valer para todo mundo, outras dúvidas surgem. A que parece atormentar mais o trabalhador brasileiro é o medo de perder o acesso a parte das verbas rescisórias e seguro-desemprego em caso de demissão.

A nova lei formaliza o acordo na hora de deixar o emprego. Caso o trabalhador queira sair, ele pode fechar um acordo com a empresa.

Desse modo, ao invés de sair com as mãos abanando, como ocorre quando o empregado pede demissão, ele poderá mexer em 80% do saldo do FGTS e a empresa pagará 20% de multa rescisória. Esse trabalhador, no entanto, não poderá receber o seguro-desemprego.

O professor Elton Duarte Batalha afirma que, com ou sem reforma, há um princípio que continua valendo: o da proteção. "Em situações que causem dúvidas, o trabalhador terá a interpretação da lei em favor dele", diz.

Ele explica que o acerto informal da forma como é realizado hoje – em que o trabalhador "pede" para ser mandado embora e muitas vezes aceita devolver o valor da multa rescisória para a empresa – é uma fraude. O objetivo da reforma foi de tornar isso legal, mas com algumas limitações.

"A questão que atormenta os trabalhadores é que a empresa pode força-lo a fazer um acordo para ser demitido. Pelo princípio da proteção, ele vai para a Justiça do Trabalho e vai dizer que foi forçado a aceitar o acordo de cessação do contrato, deve apresentar testemunhas e conseguirá provar a situação. Numa situação de dúvida como essa, a tendência do judiciário é de reconhecer o 'acordo' como dispensa sem justa causa", diz.

Precisa atualizar a carteira de trabalho?

A reforma trabalhista privilegia o negociado em relação ao legislado. Batalha lembra ainda que muitas das mudanças que podem afetar o trabalhador dependem dessa negociação, seja coletiva ou individual.

Entre as mudanças negociadas está o intervalo intrajornada – o horário de almoço só será reduzido se você sentar e negociar com seu empregador.

Da mesma forma, outras alterações possíveis, como a troca do dia do feriado, só serão validadas se forem feitas por acordo coletivo. "Ocorrendo negociação e mudança, o recomendado é que seja anotado na carteira de trabalho", diz.

Governo promete oferecer alternativa ao imposto sindical

18/07/2017 – Fonte: O Globo

Ministro adianta que nova contribuição não poderá ser compulsória



Desconto mensal. Trabalhadores da construção civil aguardam na fila, na porta do sindicato, na Tijuca, Zona Norte do Rio, para pedir isenção da contribuição.

O governo admite criar uma contribuição para ajudar a financiar os sindicatos em alternativa ao imposto sindical obrigatório, que foi extinto na reforma trabalhista. Mas não aceita que esse novo mecanismo seja compulsório, para não contrariar a Câmara dos Deputados.

A ideia é que as próprias convenções coletivas decidam por maioria se as partes envolvidas nos acordos coletivos (trabalhadores e empresas) vão pagar uma taxa para as entidades que fizeram a negociação e como será a cobrança: se será paga em uma vez, se valerá somente para quem é filiado ou atingirá todos os que forem beneficiados pelos reajustes salariais, nas respectivas datas-base das categorias.

Dessa forma, ficariam de fora do bolo da arrecadação sindicatos que não fizeram acordos coletivos. Os trabalhadores, por sua vez, terão de participar das assembleias para vetar ou aprovar a nova contribuição.

O assunto será discutido pelo ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e representantes das centrais sindicais na próxima quinta-feira, em Brasília. Segundo o ministro, ainda não há decisão sobre a forma de implementação da nova contribuição, se ela fará parte da medida provisória prometida pelo governo que fará ajustes na nova legislação trabalhista ou se via projeto de lei, à parte, para evitar problemas com parlamentares:

— O presidente Michel Temer rejeita qualquer contribuição de caráter compulsório.

ARRECAÇÃO É DÍVIDA

As centrais sindicais, no entanto, argumentam que precisam dos recursos para realizar as campanhas salariais. Entidades patronais também pleiteiam uma forma alternativa de financiamento da estrutura sindical.

A nova contribuição não seria uma novidade, porque as entidades vinham cobrando uma taxa assistencial dos trabalhadores sócios e não sócios durante a realização dos acordos coletivos.

Mas, no início deste ano, a cobrança foi vetada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para quem não é sócio. As entidades sindicais, então, passaram a defender a aprovação de uma lei para regulamentar a medida. É isso que governo e centrais buscam fazer agora, explicou o ministro.

Da mesma forma que acontecia com o imposto sindical que foi extinto, o dinheiro arrecadado pela nova contribuição seria dividido entre sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais e o Ministério do Trabalho.

Neste caso, destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que paga os benefícios do seguro-desemprego e o abono salarial (PIS). No ano passado, o tributo

gerou uma receita de R\$ 3,5 bilhões. O FAT, que é deficitário, ficou com R\$ 337,4 milhões. A principal fonte do FAT, no entanto, são as contribuições para o PIS/Pasep, recolhidas pelos empregadores.

Sergio Luiz Leite, primeiro-secretário da Força Sindical, comentou que sindicatos fortes e atuantes não precisam se preocupar com o fim do imposto sindical, porque serão contemplados pelo tributo alternativo em negociação com o governo:

— Aquele sindicato que não negocia fica sem contribuição. Tem mais de três mil sindicatos sem negociação há mais de três anos. A cada ano, tem que ter uma negociação nova.

Já o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, afirmou que não acredita que o governo criará uma contribuição alternativa ao imposto sindical. Segundo ele, a contribuição que vem sendo negociada com as outras centrais é defendida há décadas pela CUT e que, nem mesmo em momentos de maior estabilidade política e econômica, a ideia saiu do papel:

— Vão tirar pura e simplesmente (o imposto sindical). Não conseguimos fazer isso (criar uma contribuição alternativa) nem no governo Lula, que tinha 80% de aprovação. Somos contra o imposto sindical desde 1984 e apoiamos uma contribuição com limite estabelecido, regras e ouvindo sempre o trabalhador.

Ministro do Trabalho se reúne com empresários japoneses

18/07/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho

Executivo japonês afirmou que a modernização da legislação trabalhista vai fazer com que empresas estrangeiras possam investir no Brasil com mais tranquilidade.

Com a modernização da legislação trabalhista, os empresários estrangeiros podem investir com mais tranquilidade no Brasil", afirmou o diretor da empresa japonesa Nippon Seteel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos, Kazuhiro Egawa, durante reunião com o ministro Ronaldo Nogueira, nesta segunda-feira (17), na sede do Ministério do Trabalho, em Brasília.

Durante o encontro, o ministro confirmou presença na cerimônia dos 60 anos da Usiminas, em 8 de agosto, em Ipatinga/MG. Kazuhiro Egawa falou do acordo de Lanari-Horikoshi, que formalizou o compromisso da participação japonesa na construção da Usiminas, há mais seis décadas.

"O Japão pode colaborar muito com o Brasil, um país que está em desenvolvimento intelectual", afirmou o ministro Ronaldo Nogueira. "É um país que possui muitas riquezas naturais, mas que também tem muita pobreza. Por meio do conhecimento, poderemos utilizar essas riquezas para combater a pobreza", acrescentou.

O ministro anunciou que o embaixador do Japão, Satoru Satoh, receberá uma comenda de honra ao mérito do trabalho em homenagem ao investimento do grupo nesses 60 anos e à geração de empregos.

Kazuhiro Egawa destacou um aspecto de especial importância relacionado ao dia a dia da Usiminas: a transferência de tecnologia. "Enviamos trabalhadores japoneses para a Usiminas, de modo a transferir conhecimento. O objetivo final fazer essa transferência de modo que as empresas sejam operadas somente por brasileiros, e apoiar na parte tecnológica quando for necessário".

Além da vinda ao Brasil de profissionais japoneses, a Usiminas promoveu a visita de universitários (estudantes de pós-graduação) brasileiros ao Japão. "Eles tiveram contato não apenas com as usinas, mas, sobretudo, com a cultura japonesa. A ida

desses estudantes ao Japão pode resultar em ganhos para o Brasil. Que eles sejam um elo entre o Brasil e o Japão”, disse Egawa.

Empresários do Estado retomam otimismo

18/07/2017 – Fonte: Bem Paraná

A Pesquisa de Opinião do Empresário do Comércio, Serviços e Turismo aponta esperança em dias melhores para a economia neste segundo semestre. De acordo com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio PR), 58% dos empresários do Estado declaram ter boas expectativas para o período, o que representa alta de 17,4% em relação ao primeiro semestre.

Na edição anterior da pesquisa, 49% dos proprietários de estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços esperavam um faturamento melhor. Esta é a terceira alta consecutiva do indicador, e trata-se do melhor resultado desde o segundo semestre de 2014.

O setor de turismo possui o maior nível de otimismo, com 62%, enquanto os empresários do varejo e serviços apresentam opiniões bastante parecidas, com 57% e 56% de expectativas favoráveis, respectivamente. A pesquisa avaliou a opinião dos empresários nas seis principais regiões do Estado. Os maringauenses são os mais otimistas, com 79%.

Paraná perde 3.500 empregos somente em junho

18/07/2017 – Fonte: Bem Paraná

Dados do Cadastro Geral de Empregados mostra Estado com déficit de 3,5 mil vagas em junho



Junho interrompeu a alta do ano, segundo o Caged (foto: Franklin de Freitas)

O Paraná perdeu 3.561 postos de trabalhos formais em junho deste ano, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, divulgado ontem. Foram 85.906 admissões e 89.467 demissões, de acordo com o levantamento, uma queda de 0,14%.

O estado com o maior recuo foi o Rio Grande do Sul: 9.513 (73.477 admissões e 82.990 demissões). Rio de Janeiro (menos 5.689 vagas), Distrito Federal (2.484), Santa Catarina (1.546), Espírito Santo (1.466), Bahia (1.290), Alagoas (156) e Amazonas (101) também tiveram variação negativa. A Região Sul foi a única que teve retração.

O estado que mais criou empregos no mês de junho, de acordo com o levantamento, foi Minas Gerais, com um saldo de 15.454 novos postos de trabalho (variação de 0,39%). A maior alta foi do Mato Grosso: 0,89% (32.141 admitidos e 26.362 desligados), seguida de Goiás (0,39%), Acre (0,3%), Maranhão (0,33%) e Pernambuco (0,22%). Segundo o Ministério do Trabalho, a retração no Paraná se deu principalmente à queda nos setores da construção civil (-1.890 postos), no comércio (-1.178 postos) e na indústria de transformação (-892 postos).

Nos primeiros cinco meses do ano, o Paraná gerou 25.182 novos empregos com carteira assinada, já descontadas as demissões. No mesmo período do ano passado, o saldo era negativo em 9.382 vagas.

Brasil teve saldo positivo em junho

Em todo o país, foram registrados 9.821 novos postos de trabalho (1.181.930 admissões e 1.172.109 desligamentos), variação de 0,03%. O setor que mais gerou novos empregos em junho deste ano foi a agropecuária: 36.827, variação de 2,29% em relação ao mês anterior.

Em seguida aparece a administração pública (704). A construção civil perdeu 8.963 vagas, a indústria de transformação perdeu 7.891 e o setor de serviços foi encolhido em 7.273 postos. No comércio, o recuo foi de 2.747 vagas.

No acumulado do ano, houve crescimento de 67.358 postos de trabalho em todo o país, expansão de 0,18% em relação a dezembro de 2016. Nos últimos doze meses, no entanto, verificou-se uma redução de 749.060 postos de trabalho, correspondente à retração de 1,91% no contingente de empregados celetistas do país.

O setor da agropecuária que mais geraram empregos em junho foram o cultivo de café (10.804 novos postos), concentrado em Minas Gerais, o que explica os números do estado. Em seguida aparecem atividades de apoio à agricultura (10.645 postos, concentrado em São Paulo) e o cultivo de laranja (7.409 novos postos).

Perspectivas de contratação para o 3º trimestre sobe oito pontos no Paraná

18/07/2017 – Fonte: Bem Paraná



O ManpowerGroup, líder mundial em soluções inovadoras para contratação e gestão de pessoas, anuncia os resultados da pesquisa trimestral (ManpowerGroup Employment Outlook Survey) de empregabilidade produzida pelo ManpowerGroup referente ao 3º trimestre de 2017. O estudo entrevistou 850 empregadores no Brasil e 58.688 empregadores em 43 países.

De acordo com o resultado da pesquisa as intenções de contratação para o período de julho a setembro de 2017, melhoraram 2% no Brasil, uma vez que as variações sazonais são removidas dos dados. A previsão para o 3º trimestre representa um crescimento de 15 pontos percentuais em relação ao ano anterior e 5 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior.

Essas perspectivas são as melhores – e primeiras positivas – desde o 1º trimestre de 2015. A pesquisa no Brasil revela que 12% dos empregadores têm expectativa de aumentar o número de contratações pelos próximos três meses, 11% antecipam uma redução no ritmo de contratações e 71% não preveem mudanças em sua atual força de trabalho.

“Após dois anos apresentando indicadores negativos, agora os empregadores brasileiros se mostram mais otimistas, e podem estar respondendo a sinais de que o ambiente de negócios do Brasil está melhorando. Os empregadores preveem ganhos em seis dos oito setores. Agricultura, pesca & mineração reportaram crescimento mais forte nas intenções, com 24%.

O setor de serviços foi um dos principais impulsionadores com 1% de aumento no nível de otimismo – 10 pontos percentuais de crescimento em relação ao trimestre anterior. O setor industrial também se destacou com os empregadores reportando um incremento de 5%, 7 pontos percentuais superior ao trimestre anterior”, destaca Nilson Pereira, CEO do Manpower.

Comparação por setores

Empregadores preveem ganhos de folha de pagamento em seis dos oito setores das indústrias para o próximo trimestre. As perspectivas mais fortes são relatadas no setor de agricultura, pesca & mineração, com projeções de 24%.

Crescimentos mais modestos são antecipados junto aos empregadores do setor industrial, com 5%, enquanto os setores de administração pública & educação e comércio atacadista & varejista, com 3%, respectivamente. No entanto, os níveis de contratação têm expectativa de redução em dois setores, com -16% e -5%, nos setores de construção e transportes & serviços, respectivamente.

Quando comparado com o trimestre anterior, os planos de contratação se fortalecem em sete dos oito setores, com o setor de serviços apresentando crescimento mais notável com 10 pontos percentuais.

Os empregadores do comércio varejista e atacadista reportaram crescimento de 9 pontos percentuais, enquanto as expectativas são 7 e 6 pontos percentuais mais fortes na indústria e agricultura, pesca & mineração, respectivamente. Entretanto, o setor de administração pública & educação, apresentou uma queda de 3 pontos percentuais.

Em relação ao ano anterior, as perspectivas de contratação melhoraram em todos os oito setores industriais. Os aumentos mais significativos de 32 e 23 pontos percentuais são relatados nos setores agricultura, pesca & mineração e industrial, respectivamente, enquanto os empregadores do setor de serviços relatam melhora de 22 pontos percentuais.

As perspectivas para o setor de transporte & serviços são 13 pontos percentuais mais fortes e 12 pontos percentuais melhor nos setores de construção e administração pública & educação.

Comparações regionais

Empregadores de três das cinco regiões esperam aumentar a folha de pagamento nos próximos três meses. As maiores perspectivas de crescimento são reportadas na Grande São Paulo, com previsão de 4%, enquanto os estados de Minas Gerais e Paraná deverão crescer 2%. Entretanto, empregadores reportaram incertezas na previsão de contratações no Rio de Janeiro, com -2%, e cidade de São Paulo, -1%, respectivamente.

As intenções de contratação se fortaleceram em todas as cinco regiões quando comparado com o trimestre anterior. Os empregadores do estado do Rio de Janeiro reportaram o crescimento mais significativo, com 11 pontos percentuais, enquanto as expectativas são 4 pontos percentuais mais fortes tanto na cidade de São Paulo e também na Grande São Paulo. O crescimento de 2 pontos percentuais foi reportado nos estados de Minas Gerais e Paraná.

Quando comparado com o mesmo período do ano passado, as perspectivas também melhoraram em todas as cinco regiões, sendo que a mais notável margem de crescimento foi no estado do Rio de Janeiro com 29 pontos percentuais. Os planos de contratação foram 19 pontos percentuais mais fortes na Grande São Paulo e melhoraram 13 pontos na cidade de São Paulo. Os empregadores do estado de Minas Gerais reportaram um considerável aumento de 12 pontos percentuais, enquanto o estado do Paraná está 8 pontos percentuais mais fortes.

Comparação por tamanho de organizações

Empregadores de grandes empresas estão prevendo algumas oportunidades de contratação no 3º trimestre, com um crescimento de 10%. No entanto, os níveis de empregabilidade devem cair junto a empregadores de micro e pequenas empresas, com - 10% e - 3%, respectivamente. Entretanto, empregadores de médias empresas têm expectativa de plano de contratação em 0%.

Com relação ao trimestre anterior, a expectativa de empregadores de empresas médias é de 5 pontos percentuais melhores, enquanto o aumento de 4 pontos percentuais é reportado por empregadores de pequenas e médias empresas. Os microempreendedores relatam intenções de contratação relativamente estáveis.

Quando comparado com o 3º trimestre de 2016, as intenções de contratação são consideravelmente mais fortes em todas as quatro categorias por tamanho de organização. Empregadores de grandes empresas reportaram o mais notável crescimento com 17 pontos percentuais, enquanto a perspectiva para empregadores de empresas médias é 15 pontos percentuais melhores. Por outro lado, melhorias de 12 e 11 pontos percentuais são reportadas por empregadores de pequenas e microempresas, respectivamente.

Comparações internacionais

As previsões indicam que as folhas de pagamento crescerão em diferentes graus em 41 dos 43 países nos próximos 3 meses. Uma avaliação dos resultados globais indica que a confiança dos empregadores é semelhante ao relatado no segundo trimestre, com a maioria dos entrevistados confiantes em manter seu staff atual ou crescer a folha de pagamento ligeiramente enquanto aguardam sinais mais definitivos do mercado.

Alguns empregadores têm a expectativa de enfrentar ventos contrários nos próximos meses. Por exemplo, a confiança dos empregadores da Índia diminuiu para o seu nível menos otimista desde que sua pesquisa foi lançada.

Da mesma forma, as previsões no Panamá e Peru são as mais fracas relatadas desde o início da pesquisa, enquanto as perspectivas de emprego em Cingapura diminuem para um nível nunca visto desde a recessão. Por outro lado, a previsão no Brasil vem melhorando de forma constante por quatro trimestres consecutivos e os empregadores brasileiros relataram planos positivos de contratação positivos pela primeira vez em mais de dois anos.

A metodologia da Pesquisa de Expectativa de Emprego do ManpowerGroup é conduzida em conformidade com os mais altos padrões de avaliação reconhecidos pelo mercado. A pesquisa é estruturada para respeitar as variações econômicas de cada país. A margem de erro para a avaliação nacional é de +/- 3.9%. A margem de erro da pesquisa no Brasil é de +/- 3,6%.

Brasil cria 9,8 mil vagas de trabalho com carteira assinada em junho

18/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O Ministério do Trabalho divulgou nesta segunda-feira (17) que, entre demissões e contratações, foram criados 9,8 mil postos de trabalho com carteira assinada no Brasil em junho. É o terceiro mês consecutivo que é positivo para a geração de vagas formais.

No primeiro semestre, o saldo entre demissões e contratações foi positivo em 67,3 mil vagas formais, uma leve expansão de 0,18% na comparação com dezembro do ano passado.

Como vem ocorrendo nos últimos meses, o resultado foi fortemente influenciado pela geração de vagas no setor da agropecuária, que criou 36,8 mil postos de trabalho com carteira no mês passado.

Somente o cultivo de café, concentrado em Minas Gerais, gerou 10,8 mil postos de trabalho formais.

O cultivo de laranja e de soja criaram, respectivamente, 7,4 mil e 2,4 mil vagas. Já a indústria de transformação, o comércio e a construção civil eliminaram, nessa ordem, 7,8 mil, 2,7 mil e 8,9 mil postos de trabalho formais.

Nogueira: com reforma, Brasil pode gerar 2 mi de vagas nos próximos 2 anos

18/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, afirmou nesta segunda-feira, 17, que, nos próximos dois anos, o Brasil tem capacidade de gerar 2 milhões de postos de trabalho com a reforma trabalhista. Segundo ele, com base em estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), este salto se daria em modalidades específicas previstas na reforma.

“São o contrato por jornada parcial, o contrato de trabalho intermitente e o contrato por produtividade. Estes são os novos contratos que surgiram com a reforma”, afirmou. “Juntos, poderão gerar 2 milhões de empregos em dois anos.”

Segundo ele, existem hoje no País 38,6 milhões de empregos formais. Daqui a 2 anos, o montante chegará aos 40 milhões. “E quem dizia que o trabalhador ia perder direito (com a reforma) vai ter que se explicar daqui para frente”, afirmou. “A segurança jurídica é fundamental. Logo o mercado dará sinais de confiança.”

Reforma ministerial

Questionado durante a coletiva sobre possível reforma ministerial, em função da luta do governo para enterrar a denúncia contra o presidente Michel Temer, Nogueira, que é do PTB, saiu pela tangente. “Sou ministro do Trabalho. Quem defende o conjunto de apoios do governo é o presidente”, afirmou.

A respeito da medida provisória que pode regulamentar pontos da reforma trabalhista, Nogueira afirmou que a expectativa é de que ela seja editada logo após o recesso parlamentar. Ele ressaltou, porém, que o fim do imposto sindical obrigatório é definitivo.

“O imposto sindical não existe mais, ele é facultativo. A Câmara não será afrontada neste sentido”, disse, sobre a possibilidade de a MP restabelecer a obrigatoriedade.

Saldo de empregos em junho mostra “recuperação segura da economia”

18/07/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho

“É melhor que seja gradual do que ter uma bolha que depois vai estourar”, afirmou o ministro Ronaldo Nogueira

O resultado positivo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) em junho fez com que o país registrasse o melhor primeiro semestre na geração de empregos desde 2014. No acumulado do ano, o saldo positivo foi de 67.358 vagas, enquanto em 2016 (-531.765 postos) e 2015 (-345.417 postos) o saldo foi negativo no período. O último semestre positivo havia ocorrido em 2014 (+588.671 postos).

“A Economia dá sinal de recuperação. É melhor que seja gradual do que ter uma bolha que depois vai estourar. Os números são sinais de que a economia se recupera de

forma segura”, afirmou o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, durante a divulgação do Caged, nesta segunda-feira (17), na sede do Ministério do Trabalho, em Brasília.

Em todo o país, em junho, foram abertos 9.821 postos de trabalho, na terceira expansão consecutiva e quarta deste ano. Das 27 unidades da Federação, 18 tiveram saldo positivo em no mês passado – mais do que em maio, quando foram 13 estados. Mesmo naqueles que ainda tiveram mais desligamentos do que admissões, já há setores apresentando recuperação. “Comparando os resultados deste ano com os de 2016, temos claramente uma reversão de tendências”, salientou o ministro.

Segundo Ronaldo Nogueira, algumas áreas ainda não apresentaram resultados positivos, em junho, devido a fatores sazonais e regionais, mas, mesmo nesses casos, os números foram melhores do que nos dois anos anteriores.

Exemplo disso foi a Indústria, que apresentou redução de postos no Sudeste e no Sul, enquanto na maioria dos estados de outras regiões, como Nordeste e Centro-Oeste, os dados do setor são positivos. A mesma situação se verifica nos números do setor de Serviços. “No período de crise, em 2015 e 2016, os resultados negativos eram generalizados”, lembrou o ministro.

Quanto à Agricultura, que mais uma vez impulsionou a geração de empregos no país, há dois movimentos principais. O primeiro é o da safra nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que estimula a geração de empregos no primeiro semestre do ano. Ocorre um pico de emprego no setor, em abril e maio, que ainda se reflete em junho. A partir de então, ocorre uma baixa nessas regiões, mas começa um segundo ciclo, no Nordeste, que não é tão volumoso, mas ajuda a sustentar a geração de empregos no setor.

Ganho salarial – Outro dado do Caged de junho que aponta para a recuperação da economia é a alta na média dos salários de admissão. O aumento foi de 3,52%, no primeiro semestre de 2017, quando a média de remuneração inicial ficou em R\$ 1.463,67, em comparação com o mesmo período de 2016, quando era de R\$ 1.413,84.

Esse aumento foi maior para as mulheres, que tiveram média de R\$ 1.370,29, de janeiro a junho de 2017, contra R\$ 1.314,29 nos primeiros seis meses de 2016 (+4,25%). Já os homens tiveram um salto de 3,20% na mesma comparação – de R\$ 1.475,05 para R\$ R\$ 1.522,23.

Esses números do Ministério do Trabalho indicam o reaquecimento do mercado. Segundo o ministro, os salários de admissão sinalizam que as empresas estão pagando mais para contratar, porque os empresários estão procurando mão de obra e pagando mais para os trabalhadores.

Otimismo - Ronaldo Nogueira afirmou que os resultados positivos no primeiro semestre de 2017 são consequências das medidas que o governo vem adotando para recolocar o país nos trilhos do desenvolvimento.

Ele citou o ajuste de contas do governo, “para não gastar de forma desordenada”; a liberação das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que deixou R\$ 40 bilhões à disposição dos trabalhadores; e a expansão do prazo para o saque do abono salarial, que agora vai até o final do ano. “O trabalhador tem acesso a recursos além do seu salário, para usufruir da forma que quiser”, disse.

Outro motivo para otimismo é a sanção da modernização da legislação trabalhista pelo presidente Michel Temer, no último dia 13 de julho. A expectativa é de que, já no segundo semestre deste ano, essa medida tenha impacto positivo sobre o mercado de trabalho. “A modernização traz segurança jurídica para o empresário contratar. Logo

o mercado vai dar sinais de confiança naquilo que o Brasil esperava há tanto tempo e que agora foi feito”, afirmou Ronaldo Nogueira.

Houve ganho para o trabalhador em matéria de salário, diz Ronaldo Nogueira

18/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, destacou nesta segunda-feira, 17, que houve ganho para o trabalhador em matéria de salário, em 2017. “Quem se mantém no mercado ou consegue se inserir, não está perdendo nada”, disse. Segundo ele, a média salarial do primeiro semestre deste ano foi de R\$ 1.463, o que representa uma alta de 3,5% em relação ao primeiro semestre de 2016 (média de R\$ 1.413).

“A economia está em processo de recuperação. Agora, do ponto de vista técnico, é difícil dizer quando você entraria em rota consistente de pleno emprego”, disse o ministro, ao ser questionado a respeito de quando o País vai recuperar a situação de emprego para todos os trabalhadores.

De acordo com ele, o governo tem tomado medidas concretas no setor, com sinalizações importantes ao mercado. O ministro citou o ajuste das contas públicas, a reforma da Previdência e a liberação do FGTS como medidas importantes para a recuperação da economia e geração de vagas. “O governo passou, com a reforma trabalhista, sinal ao mercado sobre a segurança jurídica para contratar”, afirmou. “Houve ainda expansão do prazo para retirada do abono salarial. São sinalizações de que o trabalhador terá acesso a recursos”, afirmou

Sem frustração

O ministro também afirmou que o resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) em junho, de geração de 9.821 vagas, não frustrou o governo. “Não esperávamos números negativos”, pontuou. Os dados do Caged foram divulgados no início da tarde desta segunda-feira.

No mercado financeiro, porém, conforme o **Projeções Broadcast**, a mediana projetada era de geração de 21.150 vagas – bem acima do efetivamente verificado.

O coordenador de Estatísticas do Ministério, Mario Magalhães, que também participou da coletiva de imprensa, afirmou que, com a reforma trabalhista aprovada, haverá ajustes nos dados do Caged para algumas categorias. Segundo ele, a forma de inserção das informações no Caged está em estudo, mas uma definição deve ocorrer em até 90 dias.

Nogueira afirmou ainda que, no segundo semestre do ano, a expectativa é de que se mantenham os números positivos verificados na primeira metade de 2017. Segundo ele, a expectativa é de que o ano feche com saldo positivo de empregos. Ele evitou, no entanto, citar um número. “Quem está apostando que o Brasil não vai dar certo vai errar”, disse o ministro.

Preocupações

Ronaldo Nogueira disse que os números mais preocupantes do Caged são os do setor de construção civil. Em junho, de acordo com o Ministério, houve fechamento líquido de 8.963 vagas.

“Acreditamos em recuperação de alguns setores, como a construção civil”, disse Nogueira. “Esperamos que a construção civil comece a apresentar números melhores”, acrescentou.

Em mensagem gravada, Temer tenta recolocar a pauta da reforma da Previdência

18/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Em uma mensagem gravada nesta segunda-feira, 17, e publicada nesta noite nas redes sociais, o presidente Michel Temer ignora a pauta da denúncia e foca na estratégia de exaltar a aprovação da reforma trabalhista e tentar recolocar a pauta da reforma da Previdência.

Na mensagem, de pouco menos de quatro minutos, Temer afirma que a semana passada foi marcada por “dias de muitos trabalhos e excelentes resultados para o País”. “Dias desafiadores, mas mantivemos a pauta das reformas e avançamos ainda mais”, afirmou.

A maior parte de sua fala foi dedicada a defesa da reforma trabalhista, mas o presidente – que, segundo interlocutores, quer reforçar a sua imagem reformista – também falou de retomar a reforma da Previdência e acelerar a reforma tributária. Em março, entretanto, o presidente já havia dito que enviaria medidas provisórias sobre o tema para a Câmara.

“Meus amigos, minhas amigas, eu tenho muito orgulho em dizer que vencemos a maior recessão de nossa história. E temos que celebrar, volto a dizer, a reforma trabalhista. A revolução que fizemos na relação entre patrão e empregado faremos também ao simplificar nosso sistema tributário. Esse será outro ponto que levaremos adiante em brevíssimo tempo”, prometeu.

Também como parte de uma estratégia para tentar mostrar empenho na retomada da agenda, sem citar a denúncia, o presidente fez uma defesa da reforma da Previdência e disse que “governo, parlamento e sociedade brasileira têm ainda um desafio maior: salvar as nossas futuras gerações” o que, segundo ele, significa “salvar a Previdência Social”.

“O Brasil continuará avançando. Coragem e disposição para fazer o que é preciso ser feito. É nisso que eu acredito, é isso que continuarei a fazer. Vamos juntos transformar o país”, completou.

Na mensagem, Temer diz ainda que seu governo começou inspirado no programa uma Ponte para o Futuro, do PMDB, e que agora “esse compromisso escrito tem se tornado realidade”. “A maior prova é a aprovação da reforma trabalhista. A modernização trabalhista agora é lei. Nem os mais otimistas esperavam que fosse possível recuperar o tempo perdido tão rapidamente”, afirmou, repetindo a frase dita em seus discursos recentes de que a nova lei coloca o Brasil “no século 21 nas relações trabalhistas”.

Segundo Temer, muito ainda se falará sobre essa legislação e sobre a criação de novos empregos que ela permitirá. “Milhões de trabalhadores e trabalhadoras que vivem hoje na informalidade terão enfim suas carteiras assinadas. Estamos mudando o Brasil para melhor”, afirmou.

Agenda positiva

Ao destacar os indicadores econômicos, Temer também usou parte de sua fala para falar do agronegócio. “Do campo não para de chegar boas notícias”, disse. “Eu e o ministro Blairo Maggi nos dedicamos a melhorar a gestão do agronegócio e o planejamento já trouxe resultados.

Nossa safra de grãos bate novos recordes e estima-se que chegará em 240 milhões de toneladas este ano”, destacou. “Com isso, a inflação caiu ainda mais, e o brasileiro já paga menos para comer, menos para vestir, menos para morar.”

O presidente disse ainda que os juros seguem em ritmo de queda, mas que "os resultados positivos não param por aí". "O crédito para a pessoa física só aumenta. A renda média do trabalhador vem subindo", afirmou.

O discurso reforça a estratégia de Temer, que tem pedido aos seus ministros inclusive que levantem possibilidades de pautas positivas, com apelo popular, e que pequenas medidas que possam atingir a população para tentar melhorar sua popularidade.

"A renda média do trabalhador vem subindo. O fluxo de veículos pesados nas estradas cresce há 7 meses, um indicador de melhora da economia. Pelo terceiro mês seguido nosso país registra criação positiva de empregos. Os investimentos e os empregos estão voltando", elencou ao citar geração de vagas apurada pelo Caged em junho, divulgado nesta tarde de segunda-feira, 17.

Temer destacou ainda a sanção da MP de regularização fundiária, feita na semana passada, pela qual "milhões de brasileiros sem escritura em breve terão documento de suas casas em cidades e terreno no campo". "Melhoraremos nossa competitividade no campo empresarial, abrindo novos mercados para empresas nacionais, gerando empregos para todos os brasileiros", acrescentou.

Moody's: acusação reduz capacidade de Temer avançar com reforma previdenciária

18/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

As recentes acusações de corrupção reduziram o capital político do governo Temer e comprometeram sua capacidade de aprovar uma ampla reforma previdenciária, segundo Samar Maziad, um vice-presidente da Moody's.

"Embora ainda acreditemos que a economia se estabilizará este ano, um fracasso em aprovar uma reforma previdenciária enfraqueceria a perspectiva fiscal do Brasil, assim como seu perfil de crédito de modo geral", avaliou Maziad em relatório da Moody's sobre questões relacionadas à crise política brasileira e as chances de aprovação de uma proposta para a Previdência.

Em maio último, a Moody's alterou a perspectiva do rating Ba2 que atribui ao Brasil, de estável para negativa, à medida que denúncias contra o presidente Michel Temer aumentaram os riscos políticos e a possibilidade de importantes reformas fiscais serem adiadas.

Preço médio do aluguel sobe no semestre, mas cai 1% em um ano

18/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O preço médio de locação dos imóveis residenciais em 15 cidades do País teve queda nominal de 0,12% em junho na comparação com maio. Já no acumulado do primeiro semestre de 2017, os aluguéis tiveram alta de 0,47%, enquanto nos últimos 12 meses, houve uma retração de 1,01%.

Os dados fazem parte de pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos anúncios do site Zap Imóveis. O levantamento incorpora em seu cálculo apenas os novos contratos e não considera a correção dos aluguéis em contratos vigentes.

O preço de locação tem sido afetado pelo excesso de imóveis disponíveis para comercialização. Como muitos proprietários não conseguiram efetivar uma venda, decidiram direcionar o imóvel para locação, repassando custos como condomínio, IPTU e manutenção para os inquilinos.

Além disso, muitos consumidores estão reticentes em fechar negócios devido ao desemprego, à perda de renda e ao cenário econômico adverso, diminuindo a liquidez do mercado.

Cidades

Em junho, 8 das 15 cidades cobertas pela pesquisa mostraram aumento no preço médio de locação na comparação mensal. Entre as principais altas estão Curitiba (0,56%), São Paulo (0,49%), Belo Horizonte (0,23%) e Porto Alegre (0,20%).

Na contramão, 7 cidades tiveram recuo nos preços de locação, como é o caso de Rio de Janeiro (-1,10%), Fortaleza (-1,33%), Goiânia (-1,28%) e Campinas (-0,72%).

Com o resultado de junho, o valor médio de locação no País atingiu o patamar de R\$ 28,65 por metro quadrado. São Paulo tem o aluguel mais elevado do País, em R\$ 35,83/m², seguido por Rio, com R\$ 33,79/m².

Para Fazenda, governo não tem como absorver mudanças no Refis

18/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O governo não tem espaço fiscal para absorver as mudanças feitas pelo deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG) no texto do novo Refis, afirmou nesta segunda-feira, 17, ao Estadão/Broadcast o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida. Na sexta-feira, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que as receitas com o Refis, nos moldes do relatório, ficariam “bem baixas”, próximas a R\$ 1 bilhão.

Como publicou o jornal **O Estado de S. Paulo** no sábado, 15, levantamento feito pela área técnica da Fazenda prevê estrago ainda maior: a arrecadação prevista para 2017 passaria de R\$ 13,3 bilhões para apenas R\$ 420 milhões.

“Não é questão de boa ou má vontade. Não existe espaço fiscal para absorver uma perda extra de R\$ 12 bilhões com Refis. A gente tem uma meta para cumprir”, afirmou. A meta fiscal para 2017 é de déficit de R\$ 139 bilhões.

Mansueto disse que o governo terá de negociar os termos do Refis com o Congresso. “A gente não pode ter mais surpresas do lado da arrecadação.” Segundo o secretário, os cortes de despesas discricionárias chegaram a seu limite e o governo terá de se planejar para reduzir sua despesa obrigatória nos próximos anos.

TLP

O representante da Fazenda destacou a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP) para balizar financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como uma das mais importantes reformas em curso no País. Em sua visão a nova taxa vai mudar a lógica do crédito subsidiado no Brasil, ao incluir sua discussão no Orçamento.

Segundo Mansueto, em 2016 o total de subsídios do governo foi de R\$ 107 bilhões, dos quais R\$ 78 bilhões ficaram de fora do Orçamento. “Isso impacta no resultado nominal, num déficit nominal, leva a um crescimento da dívida pública e não é discutido com a sociedade”, criticou.

Questionado sobre as declarações do presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, em relação à TLP, Mansueto temporizou. “Ele levantou questionamentos normais. Sempre foi um economista com muito cuidado com as contas públicas. Sempre enfatizou muito que não existe almoço grátis.”

Dyogo: relatório do Refis prejudica chance de liberação de recursos do Orçamento

18/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Em meio à pressão de órgãos públicos por maior liberação de recursos no Orçamento, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, admitiu nesta segunda-feira, 17, que as mudanças feitas no texto da Medida Provisória (MP) do Refis não contribuem para essa tarefa e podem até prejudicar eventual perspectiva de reversão de parte do corte de R\$ 39 bilhões ainda vigente.

Cálculos da área econômica divulgados pelo **Broadcast** na semana passada mostram que a arrecadação esperada pode cair de R\$ 13,3 bilhões para apenas R\$ 420 milhões caso as alterações introduzidas pelo relator, deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG) sejam mantidas.

“De fato não ajuda uma alteração da MP que signifique redução de arrecadação. Já estamos em dificuldade muito grande em termos de falta de recursos em muitas áreas do governo”, disse Oliveira, ao deixar reunião no Tribunal de Contas da União (TCU).

“Essas questões efetivamente prejudicam a possibilidade de haver alguma liberação”, acrescentou. O relatório do Refis prevê descontos quase integrais em juros e multas e valor de entrada menor para uma parte dos devedores.

O ministro ressaltou, contudo, que a área econômica ainda não tomou nenhuma decisão sobre os números e que aguarda a avaliação de receitas e despesas. Neste fim de semana, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ressaltou que uma arrecadação maior com o saque de precatórios não resgatados pelos beneficiários pode ajudar no Orçamento.

Oliveira disse ainda que o relatório da MP que reonera a folha de pagamento para setores da economia também prejudica a arrecadação esperada em 2017. Mas o ministro lembrou que ainda há tempo para alterações do texto no Congresso Nacional. O relatório aprovado pela comissão mista adia o início da reoneração para o ano que vem, impactando a previsão de arrecadar R\$ 2,2 bilhões ainda este ano com a medida.

Autuações da Receita somam R\$ 73,636 bilhões no primeiro semestre (+12,6%)

18/07/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

Autuações da Receita somam R\$ 73,636 bilhões no primeiro semestre (+12,6%)

As autuações da Receita Federal somaram R\$ 73,636 bilhões no primeiro semestre de 2017. O valor é 12,6% maior do que o lançado pelo fisco no mesmo período do ano passado. Foram 201.692 procedimentos de janeiro a junho, um crescimento de 14,8%.

Os grandes contribuintes responderam por 75,1% das autuações e 61% do valor. Para esse grupo, os lançamentos somaram R\$ 55,284 bilhões no primeiro semestre, alta de 13,2% na comparação com 2016.

“Concentramos esforços nas grandes sonegações. Não focamos nos pequenos peixes e sim nos grandes tubarões”, afirmou o subsecretário de Fiscalização da Receita, Iágaro Martins.

A Receita Federal também focou no primeiro semestre nas fiscalizações de sonegação de contribuições previdenciárias. O valor das autuações dessas fraudes cresceu 54,5% no primeiro semestre, chegando a R\$ 6,411 bilhões.

MME cria grupo para propor aprimoramento do marco legal de biocombustíveis

18/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Ministério de Minas e Energia criou grupo de trabalho para propor as medidas necessárias ao aprimoramento do marco legal do setor de biocombustíveis. A instituição do grupo está formalizada no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira, 18. As propostas devem ser apresentadas ao MME até 26 de setembro de 2017.

Além do Ministério de Minas e Energia, integrarão o novo grupo representantes da Casa Civil, dos ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Agricultura; Meio Ambiente; Fazenda; Relações Exteriores; Planejamento; e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Mercosul retoma eliminação de barreiras e comércio volta a crescer

18/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Grafite em referência ao Mercosul em Caracas, na Venezuela; país levou bloco à paralisação em 2016

O Mercosul conseguiu eliminar, desde dezembro de 2016, 42 das 78 barreiras comerciais que ainda existem entre os quatro países do bloco, e o comércio mostra sinais de voltar a crescer depois de dois anos de queda consistente.

Dados levantados pelo Ministério das Relações Exteriores para a 50ª Cúpula do Mercosul, que começa esta semana em Mendoza, na Argentina, mostram que o bloco começa a recuperar alguma força depois de dois anos praticamente parado.

A corrente de comércio entre os quatro países –Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, com a Venezuela suspensa desde dezembro– subiu pouco menos de 20% nos primeiros seis meses deste ano, na comparação com o mesmo período do ano passado.

"Essa reunião do Mercosul estará entre as melhores em muito tempo. O Mercosul reencontrou seu caminho. Vinham se acumulando muitas restrições comerciais, havia dificuldades dada a presença da Venezuela no bloco. Essas coisas foram e estão sendo superadas", afirmou o subsecretário-geral para América do Sul e Caribe do Itamaraty, embaixador Paulo Estivallet.

Os dados mostram que houve um avanço na diminuição das barreiras intrabloco, mesmo que esteja longe do ideal. Levantamento do Itamaraty, ao qual a Reuters teve acesso, mostra que Brasil e Argentina ainda são os que apontam mais problemas entre as práticas comerciais um do outro, mas os acordos têm avançado.

Uma das maiores queixas do governo brasileiro, a Declaração Jurada Antecipada de Importação (DJAI), uma autorização exigida dos importadores argentinos para cada operação, foi substituída por um outro sistema, também não automático, mas mais rápido.

"Mesmo assim, há cerca de 60 operações de importação de produtos brasileiros retidas há mais de 60 dias, que é o prazo máximo admitido pelas normas da OMC. Certos setores continuam com suas exportações afetadas pela imprevisibilidade", diz o levantamento do Itamaraty. As DJAIs foram consideradas irregulares pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Outras práticas argentinas que incomodavam os produtores brasileiros foram eliminadas, como o controle de venda de moeda estrangeira para pagamento de dívidas de importação e a prática chamada "uno por uno", em que o importador argentino era condicionado a comprar apenas o mesmo valor que conseguia exportar. Outras seis barreiras o Brasil ainda negocia a liberação –entre elas, a venda de carne bovina e seus derivados sob a alegação de risco à saúde humana e animal.

Do lado brasileiro, as restrições não são poucas. O Itamaraty aponta 23 barreiras criticadas pelos países vizinhos –a maioria pela Argentina. Dessas, diz o ministério, 13 já foram resolvidas, especialmente na área de barreiras fitossanitárias.

Ainda sem solução estão questões ligadas principalmente a programas de incentivo à indústria nacional como, por exemplo, financiamento do BNDES com taxas preferenciais para a aquisição de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil com exigência de conteúdo local de 60%. A Argentina quer que as mesmas regras sirvam para os demais sócios do Mercosul, que passariam a ser considerados conteúdo local, mas o governo brasileiro resiste.

"Nem todas são necessariamente barreiras. Às vezes são medidas de política econômica. Algumas já foram resolvidas, outras estão sendo discutidas", disse Estivallet. De acordo com o embaixador, o Brasil assume agora a presidência pro-tempore do bloco e pretende encaminhar o restante das soluções para os 36 pontos que precisam ser acordados.

As importações brasileiras dos outros três países do bloco somaram U\$ 5,8 bilhões nos seis primeiros meses deste ano, ante US\$ 5,3 bilhões em igual período de 2016.

Já as exportações passaram para US\$ 10,8 bilhões no primeiro semestre, ante R\$ 8,6 bilhões entre janeiro e junho do ano passado, um aumento de 26%. O principal incremento foi em relação às vendas para a Argentina, que passaram de US\$ 6,5 bilhões para US\$ 8,3 bilhões nos primeiros seis meses do ano.

"A recessão em 2015 e 2016 criou problemas para nossos vizinhos. Tudo que nossos vizinhos esperam é que a economia brasileira retome o crescimento", afirmou Estivallet.

Entre 2014 e 2016, o Mercosul praticamente não andou, depois de um ano e meio sob a presidência da Venezuela –que, por não marcar a cúpula de presidentes terminou por triplicar seu tempo à frente do bloco– e por problemas causados pelo país, que praticamente não cumpriu as normas tarifárias necessárias para adesão plena.

Em julho de 2016, a Venezuela, em meio ao tumulto político e a acusações cada vez mais severas de rompimento democrático, deveria ter assumido novamente a presidência pro-tempore. Um acordo entre os demais países deixou o Mercosul seis meses sem presidência, até que a Argentina assumisse, em janeiro.

A falta de cumprimento das normas internas do bloco foi usada para suspensão da Venezuela em dezembro de 2016, sem prazo de volta, o que permitiu aos demais países tocarem a agenda de integração.

Políticas equivocadas minaram integração do Brasil ao mundo, afirma OMC

18/07/2017 – Fonte: DCI

Avaliação conclui que o mercado nacional ainda é "relativamente fechado"



Políticas equivocadas minaram integração do Brasil ao mundo, afirma OMC

A política comercial adotada nos últimos anos, com desembolsos bilionários e isenções tributárias, prejudicou a integração do País no mercado internacional e criou distorções na competitividade da indústria nacional. A constatação é da Organização Mundial do Comércio (OMC) que, nesta segunda-feira, iniciou o principal exame da política comercial do País, num amplo raio-x de todos os setores da economia.

A avaliação conclui que o mercado nacional ainda é "relativamente fechado", que os produtos industrializados não conseguem competir no exterior, que a proteção às empresas locais minou a economia e que hoje o País tem um papel "marginal" no comércio de manufaturados.

No BNDES, os créditos triplicaram em dez anos e chegaram a R\$ 602 bilhões entre 2013 e 2016. De acordo com a OMC, um dos principais trabalhos do banco foi o de oferecer taxas de juros bem abaixo do mercado, usando o Tesouro para cobrir a diferença.

Apenas entre 2013 e 2015, o BNDES gastou mais de R\$ 194 bilhões nesses esquemas, o que despertou a desconfiança de diversos governos de que isso possa ser um subsídio proibido. Mesmo em seu informe, a OMC insinua que os créditos do BNDES foram concedidos a taxas muito abaixo dos juros cobrados no mercado.

"O objetivo de longa data do Brasil consiste em proteger certos produtos nacionais frente à concorrência do exterior e atrair investimentos", apontou a OMC. Para isso, o governo tem usado medidas de proteção, combinando tarifas, incentivos tributários com "prováveis efeitos de distorção".

As medidas ainda incluem exigências de que empresas utilizem peças nacionais, a concessão de taxa de juros controlada e créditos subsidiados. Algumas já foram até mesmo condenadas nos tribunais da OMC, depois que foram denunciadas por europeus e japoneses.

Mas, de acordo com a entidade, o maior perdedor é mesmo o País. Tais medidas "afetam a economia e suas perspectivas". "Como resultado, o Brasil segue sendo uma economia relativamente fechada, como demonstra sua escassa penetração em relação ao comércio internacional", diz.

Na avaliação da entidade, ao optar por uma estratégia de proteção da indústria nacional, o Brasil abriu mão de uma "integração no mercado internacional que fomente a competitividade" e das "cadeias internacionais de valor".

"A intervenção do governo por meio de concessão de ajudas internas e na fronteira segue distorcendo a concorrência e, portanto, o destino de recursos em diversos setores", avalia a OMC. "Algumas atividades seguem estando marcadas pela concentração do mercado, a posição dominante do estado ou outras deficiências estruturais que limitam a competitividade", disse.

Proteção

A estratégia de proteção à indústria nacional consistiu em dois elementos. O primeiro foi a elevação de taxas nas fronteiras contra importados. Oficialmente, o imposto de importações ficou praticamente inalterado, passando de 11,7% para 11,6%. Mas uma escalada tarifária foi registrada em produtos acabados, o que levou a OMC a alertar que a prática "desincentiva a melhoria da competitividade internacional". Produtos têxteis e carros podem chegar a ter tarifas de 35%.

Mas foram as medidas antidumping que serviram para frear importações. Ao final de 2016, 161 delas estavam em vigor, duas vezes mais que em 2012. O que também chamou a atenção é de que, em 44 casos, as barreiras já se prolongavam por mais de cinco anos.

As barreiras, porém, são completadas por um amplo sistema de incentivos fiscais para indústrias nacionais, além de um regime tributário excessivamente complexo, em especial para os importadores.

De acordo com a entidade, porém, o custo fiscal da política industrial do Brasil indica que o setor nacional, no lugar de melhorar sua competitividade internacional, passou a depender cada vez mais de incentivos.

A OMC admite que algumas das vantagens fiscais ainda foram criadas para compensar o complexo sistema tributário do Brasil. Mas a generosidade de algumas dessas linhas de créditos chamou a atenção. No caso do BNDES, 63% dos desembolsos realizados estavam sujeitos a juros iguais ou inferiores a 5%, muito abaixo das taxas da inflação anual".

"Também segue-se dando ajuda interna na forma de incentivos tributários e, em especial, empréstimos com taxas de juros administradas ou em condições favoráveis, subsídios de aluguel ou preferências na contratação pública", destaca a OMC.

Outra política adotada pelo Brasil foi a de exigir um determinado conteúdo nacional na fabricação de certos bens para garantir incentivos fiscais. O esquema, porém, "protegeria os produtores nacionais da concorrência estrangeira".

Um dos setores beneficiado foi o da indústria de carros. Para gerar uma maior produção nacional e incentivar o desenvolvimento tecnológico, foi criado o Inovar-Auto. Hoje, o setor enfrenta "graves dificuldades".

Segundo a análise da OMC, o Inovar-Auto conseguiu atrair investimentos diretos por empresas que queriam driblar as tarifas de importação. De fato, companhias como BMW, Hyundai, Kia Motors e Chery investiram no Brasil, enquanto Jaguar Land Rover e a JAC Motors tem planos de montar fábricas.

Mas, de acordo com o documento, o esquema estabelecido pelo governo de incentivo fiscal a quem produzisse no País não integrou o mercado brasileiro ao mundial. "A maioria dos produtores estrangeiros não integrou suas fábricas que mantém no Brasil às cadeias internacionais de valor", apontou a entidade, apontando para uma redução drástica ainda na importação de veículos.

Além disso, a produtividade das fábricas caiu abaixo da média da região que, por sua vez, estão "plenamente integradas à cadeia mundial". No México, por exemplo, cada fábrica produz 53 unidades por ano por trabalhador. No Brasil, são apenas 27.

Diante da recessão doméstica, a venda de veículos no mercado local caiu de 3,8 milhões de unidades em 2012 para apenas 2 milhões em 2016. Mas a falta de uma maior concorrência também prejudica o consumidor. "Os altos impostos, a falta de concorrência e a proteção nas fronteiras seguem mantendo o preço dos carros relativamente elevado", constatou.

Outro setor que contou com incentivos foi o da tecnologia da informação. Mas, entre 2013 e 2016, o setor mais dinâmico da economia mundial registrou uma queda em seu peso no PIB brasileiro, passando de 2,95% para 2,6%. No mesmo período, o emprego também caiu de 134 mil trabalhadores para 90 mil.

Desindustrialização

Apesar de barreiras e de incentivos às indústrias nacionais, a OMC constata que o setor manufatureiro brasileiro encolheu nos últimos quatro anos. "Apesar de alguns setores estarem prosperando, outros afrontam dificuldades em parte devido a não estar suficientemente integrados à economia mundial", alertou a OMC. Entre 2012 e 2016, o valor agregado da indústria no Brasil passou de 12,6% para 11,7%, empregando também um número menor de trabalhadores.

Nem mesmo as Zonas Francas estariam dando o resultado esperado. Em 2013, elas empregariam em média 121 mil pessoas. Em 2016, esse número caiu para 85 mil.

De acordo com a OMC, o crescente déficit comercial no setor industrial levou o governo a adotar estratégias como Plano Brasil Maior, com taxas de juros favoráveis, créditos e privilégios em licitações, além de incentivos fiscais e barreiras aduaneiras. Ainda assim, a OMC aponta que "dificuldades estruturais continuam afetando a competitividade internacional da indústria brasileira e algumas reformas poderiam impulsionar o setor".

Além de um baixo nível de integração, o setor industrial precisa enfrentar altos custos de produção, burocracia, infraestrutura deficiente, falta de concorrência e um sistema tributário complexo. "Um conjunto de dificuldades que dá lugar ao chamado Custo Brasil e que coloca um freio à produção nacional, que não se beneficiou o suficiente das tensões mundiais", destacou.

Fechado

O resultado das escolhas comerciais do Brasil levou a OMC a concluir que a economia brasileira continua orientada ao mercado interno. "A proporção de empresas brasileiras que se dedicam às exportações é consideravelmente reduzida, o que indica uma escassa integração às cadeias internacionais de valor", alertou a entidade.

De acordo com a OMC, recai sobre um pequeno número de empresas uma proporção enorme das exportações brasileiras. "Ao proteger o mercado nacional, o Brasil reduz os incentivos para aumentar a eficiência e qualidade ou diferenciação dos produtos, ao mesmo tempo que impede que produtores nacionais recorram aos fornecedores de insumos que ofereçam preço mais baixo", afirmou.

"Como consequência, as manufaturas brasileiras seguem sendo pouco competitivas e sua participação no mercado continua pequena, o que deixa o Brasil em um plano marginal no comércio internacional de bens industriais", alertou.

Para a OMC, o País ainda tem uma "rede relativamente modesta de acordos comerciais e sofre de deficiências estruturais, como infraestrutura física insuficiente, acesso limitado ao capital e níveis de qualificação de mão-de-obra geralmente baixos". De acordo com a avaliação da entidade, o nível de instrução e a qualidade da escola primária estão abaixo da média de outros países.

Nos últimos anos, diante da recessão, O Brasil ainda registrou uma contração importante no volume de seu comércio, com uma queda anual de 12,3% entre 2014

e 2016. O resultado foi que, em 2016, o valor das exportações estava a 76% do valor de 2012. O valor das importações também terminou o período avaliado em 61% do que foi em 2012.

'Fintechs' podem ampliar empréstimos

18/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Em meio à resistência dos grandes bancos em oferecer crédito a micro, pequenas e médias empresas, o BNDES pretende diversificar sua rede de repassadores para garantir que o segmento, um de seus principais focos desde a mudança de política do banco, tenha acesso aos financiamentos. O principal objetivo é incluir no rol de agentes financeiros as empresas tecnológicas que atuam no setor, as chamadas "fintechs".

A intenção do banco é que as fintechs sejam no futuro articuladoras de "comunidades creditícias", assim como são hoje as cooperativas. Com isso, o banco poderia oferecer linhas ainda mais especializadas para determinados segmentos, como tecnologia ou saúde, por exemplo.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) avalia usar o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe) para oferecer garantias em financiamentos contratados junto às fintechs. O fundo tem hoje R\$ 780 milhões, que podem alavancar empréstimos equivalentes a 12 vezes esse valor, ou seja, mais de R\$ 9 bilhões. De acordo com o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, a ideia é abrir uma seleção para eleger qual fintech será contemplada.

O presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, tem dito a interlocutores que se trata de um projeto a ser desenvolvido ao longo de dois anos, ou "dois meses dentro do novo calendário benedense". É uma referência ao novo lema interno da instituição de fomento: "fazer seis anos em seis meses", como disse Rabello em recente entrevista ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado.

As fintechs hoje não são regulamentadas pelo Banco Central, mas a atividade tem despertado o interesse por parcerias. O presidente do Sebrae afirmou que os grandes bancos estão "enferrujados" na forma de ofertar o crédito para esse público e que a própria entidade está estudando canais alternativos para dar suporte ao segmento.

Dyogo: TLP permitirá que BNDES atue no futuro com mais capacidade

18/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou nesta segunda-feira, 17, que a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP) é uma medida muito importante para a área econômica, para reduzir a discricionariedade que existe hoje na definição da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e também para permitir ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a "reciclagem" de seus recursos por meio da "venda" dos direitos sobre o crédito concedido, a chamada securitização. "Isso permitirá que o BNDES atue no futuro com mais capacidade, opere com escala muito maior", afirmou Oliveira.

A TLP será a nova taxa balizadora dos empréstimos do BNDES. A medida foi alvo de críticas por parte do presidente do banco de fomento, Paulo Rabello de Castro, que disse ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estrado, no início do mês que a taxa é mais "nervosa" que a atual TJLP, o que pode prejudicar a previsibilidade dos financiamentos. Após a polêmica gerada pelas declarações, que provocaram inclusive o pedido de demissão de dois diretores do BNDES, Rabello disse publicamente estar "totalmente vinculado" à medida.

Embora apoie a medida, o ministro do Planejamento reconheceu que “algumas questões” podem ser discutidas, como a opção de ter uma janela “um pouco maior” para o cálculo da taxa. A Medida Provisória (MP) 777, que institui a TLP, prevê que a taxa será calculada mensalmente com base nas taxas da NTN-B, título público atrelado à inflação, refletindo o custo de financiamento do Tesouro Nacional. “Uma janela de 30 a 90 dias me parece interessante, porque suaviza”, ressaltou Oliveira.

Segundo o ministro, mudanças são possíveis, desde que não se percam as “questões principais” da TLP, que é ter uma taxa flutuante, de mercado, sem estar sujeita a discricionariedade (hoje a TJLP é definida pelo Conselho Monetário Nacional a cada três meses) e que permita ao BNDES fazer a securitização dos créditos.

Meta fiscal

Oliveira afirmou que a área econômica do governo recebeu com “muita serenidade” o alerta do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a possibilidade de descumprimento da meta fiscal deste ano, que prevê déficit de R\$ 139 bilhões, diante da frustração de receitas extraordinárias esperadas pelo governo. Segundo Oliveira, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 3º bimestre, que sai nesta semana, tratará desses riscos.

Na semana passada, o ministro do TCU Vital do Rêgo advertiu que receitas extraordinárias esperadas pelo governo até o fim do ano poderão não se concretizar, colocando a meta em risco. O TCU recomendou ao governo tomar medidas para compensar essa eventual frustração.

O sinal amarelo emitido pelo TCU jogou um balde de água fria no plano do governo de liberar cerca de R\$ 4 bilhões para dar fôlego a ministérios que passam maior dificuldade financeira. Hoje, o próprio ministro do Planejamento admitiu que questões como a redução de receitas previstas com o Novo Refis “efetivamente prejudicam a possibilidade de haver alguma liberação” no Orçamento.

Na semana passada, o relator do novo Refis, deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG), ampliou os valores dos descontos concedidos para os devedores e reduziu o valor a ser pago como entrada ainda este ano. Com isso, a projeção de receitas caiu de R\$ 13,3 bilhões para apenas R\$ 420 milhões.

Teto de gastos

Oliveira ressaltou ainda que a cobrança do TCU para que órgãos se enquadrem ao limite de despesas é positiva. O ministro ressaltou, porém, que o cumprimento do teto está intimamente ligado à reforma da Previdência. “Se não tiver ação nessa parte, o cumprimento do teto de gasto realmente fica muito difícil”, afirmou.

Artigo: BNDES em xeque

18/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Com a mudança, o custo das operações de crédito do BNDES deixa de ser uma decisão de governo e passa a acompanhar as taxas de juros de mercado.



A nova política do governo, definida por medida provisória, atinge diretamente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e prevê a implantação da Taxa de Longo Prazo (TLP) que substituirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir de janeiro de 2018. Serão mantidos apenas os contratos que estão em vigor. A nova taxa será corrigida de acordo com os juros das Notas do Tesouro Nacional série

B (NTN-B), atualmente um dos títulos mais populares do Tesouro Direto. Esse título reflete o custo de captação de recursos pelo Tesouro Nacional (TN) junto ao mercado. Acompanha os ciclos econômicos e a taxa básica de juros. E, com isso, o custo das operações de crédito do BNDES deixa de ser uma decisão de governo e passa a acompanhar as taxas de juros de mercado.

A taxa atual, TJLP, tem seus juros decididos trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Sua base de cálculo é a meta de inflação e o risco país. A taxa de juros NTN-B (de cinco anos) será corrigida mensalmente pelo Banco Central com base na variação do IPCA mais o rendimento real da NTN-B. Nos últimos dez anos, essa taxa foi mais alta que a TJLP e sofreu pressão de alta por parte dos rentistas. É uma taxa definida em leilões sob a tensão da demanda e da oferta e, portanto, será definida a TLP.

Observando dados passados do BC e do TN, ressalta-se o ano de 2002, quando a taxa de juros da NTN-B alcançou 37,8% ao ano. No período nevrálgico da crise de 2009, saltou de 7,5% para em torno de 11% ao ano. Por conseguinte, esses seriam os valores da TLP se estivesse em vigência no lugar da TJLP. Será que isso viria a anular o potencial das políticas anticíclicas do BNDES em momentos de dificuldades econômicas?

Cabe observar que essas políticas, por definição, não podem ser definidas pela economia de mercado. Este, geralmente, é pró-cíclico. Dessa forma, a TLP não será uma taxa anticíclica, sendo definida sob a pressão do mercado financeiro em leilões de títulos NTN-B. Em sentido contrário, políticas anticíclicas são resultantes de movimentos autônomos.

Os impactos dessa medida podem ser negativos para a economia brasileira. Pode ocorrer redução dos financiamentos do BNDES devido à taxa de juros (TLP) mais elevada em relação à anterior (TJLP). Por outro lado, o banco terá folga de recursos, o que proporcionará condições para a instituição acelerar seus pagamentos ao TN.

Em outras palavras, o BNDES paga a conta e fica descapitalizado, sem recursos e podendo até mesmo quebrar.

Para a economia nacional, existem riscos nessa operação. Há a possibilidade de ficar sem seu principal aparelho de financiamento do investimento da indústria e da infraestrutura, além do estímulo a empresários a assumir empréstimos no exterior, em moeda estrangeira. Com receitas em reais e despesas acordadas em dólares, empresários estarão expostos a crises cambiais.

História já conhecida pela economia brasileira. Para alguns especialistas mais pessimistas, esse seria um adeus ao BNDES, criado em julho de 1952 e principal fomentador da economia brasileira.

(Françoise Iatski de Lima é mestre em Desenvolvimento Econômico e professora da Universidade Positivo (UP)).

Bancos travam crédito do BNDES à pequena empresa

18/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Os pequenos negócios, responsáveis por 27% do PIB brasileiro, estão com dificuldades para conseguir empréstimos do BNDES. As instituições financeiras que operam essa linha de crédito para o banco estatal travaram os empréstimos na ponta sob o argumento de que não podem arcar com o elevado risco das operações – o calote nesta linha quadruplicou nos últimos dois anos.

Os desembolsos do Cartão BNDES para micro, pequenas e médias empresas caíram 60% entre janeiro e maio deste ano, de R\$ 2,84 bilhões para R\$ 1,15 bilhão. Para driblar a resistência dos grandes bancos e pulverizar o acesso aos financiamentos, o banco estatal estuda parcerias com empresas tecnológicas que atuam no setor financeiro, as "fintechs".

Os grandes bancos alegam que a modalidade de crédito via cartão BNDES não cobre os riscos de inadimplência, inteiramente assumidos por eles. Embora o BNDES seja a fonte de recursos para esse tipo de financiamento, ele não arca com os prejuízos em caso de calote.

Com o agravamento da crise econômica e as poucas garantias oferecidas pelas empresas que buscaram o crédito mais barato, a inadimplência chegou a quadruplicar em instituições que repassaram grande volume dessa linha entre 2015 e 2017.

As empresas reclamam que os gerentes bancários "escondem" o Cartão BNDES dos clientes para vender produtos mais caros. A taxa de juros do Cartão BNDES estava em 1,12% ao mês em julho de 2017.

Apenas um terço da taxa é repassada aos bancos operadores. Mas o banco estatal já estuda mudar essa remuneração, como informou ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado.

"O BNDES está alterando a estrutura de preços do cartão, incorporando indicadores de inadimplência e de desempenho ao spread dos agentes financeiros, de maneira que o banco emissor seja melhor remunerado, de acordo com sua performance, e estimulado a ampliar a emissão", disse em nota

Segundo o BNDES, a retração nos desembolsos do cartão ocorreu, segundo os principais bancos emissores, em decorrência do aumento do risco de inadimplência das empresas de menor porte. Além disso, a crise contribuiu para diminuir o interesse dos empresários por investimentos.

O Banco do Brasil era o maior repassador dessa linha, mas neste ano caiu para o 3.º lugar, com participação de 15% nos desembolsos. Diante dos calotes, o BB passou a exigir mais garantias dos clientes. Em 2017, os maiores operadores do cartão são Bradesco (38,6%) e Caixa (29,8%). BNDES e BB planejam agora criar uma nova linha que deve substituir o Cartão BNDES.

A reportagem procurou BB, Caixa, Itaú, Bradesco e Santander. A Caixa negou que esteja represando financiamentos da modalidade e reconheceu que eventual mudança na remuneração dos bancos pode ampliar a demanda. O Itaú disse apenas que "mantém sua oferta de concessão de crédito por meio do Cartão BNDES". Os demais não responderam.

O aumento do crédito para pequenas e médias empresas está sendo discutido pela área econômica do governo, que vê também nesse segmento uma alavanca para diminuir o desemprego nos próximos meses, já que os pequenos negócios empregam 63% da força de trabalho formal do País, segundo dados do Sebrae.

O presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, tem se reunido periodicamente com os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal para avaliar o cenário do crédito no País.

Em apresentação ao Congresso Nacional na semana passada, o Ministério da Fazenda chegou a comparar o desempenho do BNDES com o do Bradesco. Enquanto o BNDES concentra 80% do seu crédito nas grandes empresas, o Bradesco concede 64% dos financiamentos às pequenas e médias.

Por apoio, governo 'recicla' benefícios

18/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Na batalha de vida ou morte pela preservação de seu mandato, o presidente Michel Temer encheu sua agenda com eventos para distribuir “bondades”, ainda que reempacotadas. Na semana passada, ele anunciou R\$ 114,7 bilhões em financiamentos que já haviam sido divulgados.

Em outra frente, lançou programas para fortalecer as prefeituras, que vão permitir a políticos aliados colher dividendos em suas bases eleitorais. Por exemplo, distribuindo gratuitamente títulos de propriedade a famílias de baixa renda.

Depois de dizer que seu governo tem sido “vítima, muitas vezes, das mais variadas contestações”, ele afirmou que “o importante é que, enquanto alguns protestam, a caravana passe”. E reafirmou que não tolerará que “paralisem o País.”

Nesse espírito, Temer decidiu prestigiar um setor que tem dado sustentação à economia. Há uma semana, anunciou que o Banco do Brasil vai dispor de R\$ 103 bilhões para financiar a safra agrícola 2017-2018. Esses recursos, porém, fazem parte de um pacote de R\$ 190,25 bilhões que ele próprio havia divulgado no dia 7 de junho, com grande pompa, no Palácio do Planalto: o financiamento do Plano Safra. Outros bancos entram com recursos, mas historicamente a maior parte é do Banco do Brasil.

Na mesma linha, ele apresentou na quarta-feira um pacote de R\$ 11,7 bilhões em financiamentos para as prefeituras aplicarem na área de saneamento e mobilidade urbana. A maior parte desses recursos, R\$ 10 bilhões, já havia sido anunciada pelo ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, em abril deste ano, no 4.º Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável.

Os recursos, além do mais, já integram o orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), conforme informou o Ministério das Cidades. Portanto, não são dinheiro “novo”.

Questionado sobre a razão da “reciclagem” desses dois anúncios, o Planalto respondeu apenas que o anúncio da semana passada foi organizado pelo Banco do Brasil.

Na escassez de dinheiro novo, até mesmo o remanejamento de verbas dentro do Orçamento virou motivo de festa. Na quinta-feira, Temer fez uma cerimônia no Planalto para dizer que R\$ 1,7 bilhão economizado pelo Ministério da Saúde na compra de medicamentos e vacinas será redirecionado para os programas de atenção básica e para a compra de vans e ambulâncias.

Ainda na terça, o presidente recebeu um grupo de parlamentares do Nordeste e sinalizou com a liberação antecipada de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) que seriam repassados mensalmente até dezembro. A intenção é que o dinheiro seja liberado no início de agosto. De janeiro a junho, os repasses do Tesouro para o programa somaram perto de R\$ 3 bilhões.

Apoio

“Não há dúvidas de que a crise política gerou um risco relevante para o Planalto, em termos da duração do mandato presidencial”, disse o cientista político Rafael Cortez, da consultoria Tendências. “A construção da garantia do apoio legislativo passa pela utilização desses recursos de poder, que têm a ver com indicações para cargos, liberação orçamentária, sinalizações positivas para os demais entes federados.”

Ele avalia que é possível a Temer fazer essas “bondades” sem comprometer o centro da política econômica. “Até porque a preservação do mandato passa pela percepção de que a razão de existir do governo Temer é aprofundar a agenda reformista e

reconstruir a política econômica.” No entanto, reconheceu o cientista político, não será possível fazer o ajuste fiscal ideal, dadas as dificuldades para aprovar a reforma da Previdência e outras medidas impopulares, como a reoneração da folha.

Empresas inadimplentes sobem para 5,1 milhões e devem R\$ 119,2 bilhões

18/07/2017 – Fonte: Bem Paraná

O número de empresas inadimplentes no Brasil chegou a 5,1 milhões em maio na maior quantidade registrada desde março de 2015, quando o levantamento da Serasa Experian começou a ser feito.

Na comparação com maio de 2016, houve aumento de 15,9%. O montante alcançado pelas dívidas das empresas foi de R\$ 119,2 bilhões, com cada uma tendo em média 11 dívidas, o que totaliza um valor médio de R\$ 23 mil.

Segundo o levantamento, a maioria das empresas inadimplentes é do setor de serviços (46,7), que - comparado a maio do ano passado - teve aumento de 1,5 ponto percentual. No comércio, houve queda de 1,3 ponto percentual, fazendo com que o setor corresponda a 43,7% do total do índice.

A indústria responde por 8,7% da inadimplência, queda de 0,2 ponto percentual em relação ao ano anterior.

Segundo economistas da empresa que fez a pesquisa, a retração nas vendas e no ritmo de produção devido à longa recessão pela qual passa a economia brasileira tem debilitado o fluxo de caixa das empresas.

Ao mesmo tempo as dificuldades de acesso ao crédito, que se mantém caro e escasso, prejudica a gestão financeira das empresas. “Tudo isto leva a inadimplência das empresas a patamares recordes, sendo absolutamente necessários que processos de renegociação ocorram entre credores e devedores para que tais dívidas possam ser equacionadas e regularizadas”, dizem economistas.

De acordo com os dados da Serasa, mais da metade das empresas em situação de inadimplência estão no Sudeste do país (53,6). O Nordeste tem 16,7% do total de empresas com dívidas atrasadas e o Sul tem 15,7% do total.

Dívidas por regiões

O Centro-Oeste aparece com 8,5% e o Norte com 5,4% do total dos CNPJs (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) em negativo no país. Entre os estados, São Paulo apresenta o maior número de empresas negativadas: 32,3% do total. Em seguida, vem Minas Gerais (11,1%) e Rio de Janeiro em terceiro (8,1%).

Empresas que desejarem sair da inadimplência podem renegociar as dívidas atrasadas diretamente com seus credores por meio de um serviço online no site da Serasa. Para isso, deverá se cadastrar gratuitamente no Recupera PJ pelo www.sersarecupera.com.br, onde serão apresentadas as pendências e canais de atendimento disponíveis para efetivar a negociação.

“Nosso objetivo com o Recupera PJ (pessoa jurídica) é reinserir essas empresas no mercado de crédito. Entendemos que este momento de crise econômica é propício para incentivar a aproximação de quem está devendo e quer pagar com quem vendeu ou prestou o serviço e precisa receber”, disse o vice-presidente de Pessoa Jurídica da Serasa Experian, Victor Loyola.

O que levar em conta antes de expandir o seu negócio

18/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Na hora de buscar mais recursos para os negócios, é preciso analisar se o crescimento do negócio é sustentável e se os gastos não vão superar os lucros



É importante avaliar se o crescimento desejado será sustentável, se não vale a pena melhorar o serviço que já está sendo oferecido. (Bigstock)

Abrir o próprio negócio é o sonho de muita gente. Para ser mais exato, 31,7% da população brasileira adulta tem como desejo empreender – mais do que viajar para o exterior, casar e fazer carreira em uma empresa, por exemplo.

Os dados de 2016 da pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), patrocinada pelo Sebrae no país, mostram que a veia empreendedora, pelo menos no campo das ideias, é forte no Brasil. Mas, em um cenário de crise e contenção de gastos, pode ser difícil arranjar dinheiro para tirar a ideia do papel – e, mais do que isso, mantê-la funcionando e expandi-la quando for necessário.

A boa notícia é que há opções para ter dinheiro injetado no negócio, desde linhas de crédito em bancos até investidor-anjo. Vale lembrar que, se para mexer no próprio dinheiro, já é necessário cuidado, para tocar no bolso de outra pessoa deve-se ter ainda mais cautela.

“Dinheiro não cria oportunidades, ele as viabiliza”, alerta Augusto Martinenco, técnico da gerência de Inovação, Mercado e Serviços Financeiros do Sebrae/RS, que aprofunda: “Se a empresa tem potenciais clientes que não consegue atender, por exemplo, faz sentido ir atrás de mais recursos. É fundamental que o empreendedor use o recurso para atingir algo que tem em mente, e não que vá atrás do dinheiro para depois pensar como usá-lo.”

Passos precisam ser bem pensados

Em resumo, Martinenco quer dizer que é grande o risco de, na empolgação, dar um passo maior do que a perna. Por isso, é importante avaliar se o crescimento desejado será sustentável, se não vale a pena melhorar o serviço que já está sendo oferecido e se os novos gastos não serão maiores do que os novos lucros. Isso porque, mesmo que todos os riscos sejam minimizados, a chance de um segundo empreendimento significar o dobro de problemas é grande.

Foi o que quase aconteceu com o empresário Eurico Albrecht. Dono do Café República há quatro anos, viu, no ano passado, a oportunidade de abrir uma nova unidade da cafeteria. Para isso, depois de receber orientações gratuitas no Sebrae (a instituição oferece uma série de oficinas e reuniões com especialistas gratuitamente), o empresário decidiu ir atrás de uma linha de crédito no banco em que tinha conta.

No meio do processo, porém, quando Albrecht já tinha alugado o espaço em que inauguraria o café e acertado a compra da mobília, o impeachment de Dilma Rousseff jogou incerteza sobre todo o mercado – inclusive no banco, que voltou atrás e negou a linha de crédito para o empresário, que se viu sem muitas alternativas.

“Acabei tendo muita dificuldade, porque não tinha relacionamento com nenhum outro banco. Acabei conseguindo cerca de metade do que eu previa, com juros maiores, mas foi o que eu consegui. No fim, o Café República Cup saiu do papel mais enxuto.”

8 dicas para crescer com ajuda externa:

- Faça um plano de negócios

Pense: você colocaria o seu dinheiro em um negócio desorganizado? Tenha todas as características do seu empreendimento detalhadas, principalmente no que diz respeito a fluxo de caixa, contas pagas e questões trabalhistas quitadas.

- Será que é necessário pedir dinheiro emprestado?

Pense em possíveis parcerias: se você tem uma loja de roupas, não vale a pena ir atrás de marcas que precisem aparecer na sua vitrine? No caso de um bar, quem sabe procurar uma marca de bebidas que possa oferecer um freezer?

- Use o dinheiro externo para comprar máquinas e equipamentos

Guarde seu recurso próprio como capital de giro, como explica Augusto Martinenco, técnico da gerência de Inovação, Mercado e Serviços Financeiros do Sebrae/RS: “É mais inteligente e mais seguro usar o capital externo primeiro, deixando o recurso próprio para capital de giro. Não precisa usar o próprio dinheiro no início da operação.”

- Avalie que tipo de crescimento mais vale a pena para a sua empresa

É necessário abrir um novo estabelecimento ou uma expansão do local que já existe é mais segura? Não é possível aumentar a produção sem aumentar o espaço?

- Se a ideia é abrir mais um estabelecimento, lembre-se de que o segundo negócio começa do zero

É provável que todas as dificuldades do primeiro empreendimento se repitam, possivelmente de forma mais intensa. Ou seja, também é necessário embutir na conta o tempo que a expansão vai demorar para engrenar.

- Mantenha um bom relacionamento com os bancos

Mantenha relacionamento com suas instituições financeiras – em algum momento, elas serão necessárias. Se possível, ter relacionamento com mais de um banco pode servir como carta na manga em ocasiões de dificuldade.

- Vá atrás de ajuda

Há alternativas gratuitas – como o Sebrae – e pagas – por exemplo, aceleradoras como a Wow – de grupos especializados em empreendedorismo feitos exatamente para isso. Além de alinhar suas ideias ao mercado, é possível conhecer pessoas (ou “fazer networking”).

- Entenda o perfil da sua empresa

Se o negócio é mais tradicional, o ideal é buscar alternativas de investimento mais tradicionais, como linhas de crédito em bancos e instituições financeiras. Se a ideia é mais inovadora, talvez seja necessário buscar financiamentos mais ousados, como um investidor-anjo ou uma aceleradora de startups.

Ministro diz que estuda programa de microcrédito para 1 milhão de famílias

18/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Em linha com o intuito do presidente Michel Temer de buscar o máximo de agendas positivas durante o recesso e tentar superar a crise política causada pela denúncia, o ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, afirmou nesta segunda-feira, 17,

que a pasta está terminando a formulação de um programa que deve se chamar "progredir", com o intuito de estimular a microeconomia.

Segundo o ministro, o programa, que será voltado para a inclusão das famílias do Bolsa Família no mercado de trabalho, pode ter até R\$ 3 bilhões graças à autorização do uso de 2% dos recursos dos depósitos compulsórios que os bancos fazem no Banco Central.

"A expectativa é que ajude 1 milhão de famílias", disse, destacando que é preciso que eles tenham uma proposta de trabalho feito em parceria com o Sebrae para verificar a viabilidade do microempreendimento.

Terra conversou com o presidente Michel Temer nesta segunda-feira, mas não deu a expectativa se vai conseguir apresentar o programa fechado ainda durante o recesso. Segundo ele, a pasta está acelerando os trâmites, mas é preciso estar tudo alinhado para que ele não só seja lançado, mas "também funcione"

Bolsa brasileira interrompe série de altas e cai 0,3%; dólar fecha a R\$ 3,18

18/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A Bolsa brasileira interrompeu sequência de cinco altas e fechou em baixa nesta segunda-feira (17), em movimento de ajuste e na véspera do recesso parlamentar. O dólar encerrou o dia desvalorizado em relação ao real, cotado a R\$ 3,18.

O Ibovespa, principal índice do mercado acionário brasileiro, caiu 0,34%, para 65.212 pontos. O volume negociado, de R\$ 8,88 bilhões, ficou acima da média diária (R\$ 8,11 bilhões), influenciado pelo vencimento de opções sobre ações, que movimentou R\$ 3,25 bilhões.

O dólar comercial fechou em baixa de 0,12%, para R\$ 3,182. O dólar à vista teve queda de 0,16%, para R\$ 3,179.

O dia foi de movimento fraco no mercado brasileiro, com parte dos investidores americanos já em período de férias, o que reduz os negócios. A véspera do recesso no Congresso brasileiro também esvaziou o noticiário político e prejudicou a realização da sessão plenária.

O Congresso entra em recesso de duas semanas a partir desta terça (18).

A votação da denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) pelos deputados contra Temer está marcada para 2 de agosto, na volta das férias dos parlamentares.

"O dia foi mais tranquilo e com um otimismo econômico maior, após dados bons da China. Não há, no curto prazo, nenhuma turbulência à vista no campo político, o que contribui para acalmar o mercado", diz Bruno Foresti, gerente de câmbio do banco Ourinvest.

A economia chinesa cresceu 6,9% no segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior, mais rápido que o esperado e em linha com o crescimento do primeiro trimestre. Já a produção industrial do gigante asiático avançou 7,6% em junho na comparação anual, enquanto o investimento em ativos fixos avançou 8,6% nos primeiros seis meses do ano.

No Brasil, a entrada de recursos pela nova repatriação deve contribuir para que o dólar se mantenha abaixo de R\$ 3,20, avalia Foresti. A desvalorização da moeda americana ocorreu em meio a uma falta de direção do dólar no exterior.

Das 31 principais moedas, o dólar fechou em alta ante 17.

O Banco Central vendeu integralmente a oferta de 8.300 contratos de swaps cambiais tradicionais (equivalentes à venda de dólares no mercado futuro) para rolar os que vencem em agosto. Até agora, a autoridade monetária já rolou US\$ 2,49 bilhões do total de US\$ 6,181 bilhões que vence no mês que vem.

O CDS (Credit Default Swap, termômetro de risco-país) recuou 0,67%, pelo sétimo dia seguido, e fechou a 222,3 pontos.

AÇÕES

Os papéis da Vale se beneficiaram da alta de 1,63% dos preços do minério de ferro e subiram. Os papéis preferenciais da mineradora subiram 0,43%, para R\$ 27,92. As ações ordinárias tiveram alta de 0,68%, para R\$ 29,72.

As ações da Petrobras fecharam o dia em baixa de mais de 1%, acompanhando a queda dos preços do petróleo. Os papéis mais negociados recuaram 1,23%, para R\$ 12,89. As ações que dão direito a voto tiveram baixa de 1,25%, para R\$ 13,45.

No setor financeiro, as ações do Itaú Unibanco se desvalorizaram 0,96%. As ações preferenciais do Bradesco tiveram queda de 0,67%, e as ordinárias caíram 0,70%. O Banco do Brasil teve baixa de 0,51%, e as units –conjunto de ações– do Santander Brasil fecharam praticamente estável, com leve queda de 0,04%.

Indicador de atividade da Serasa cai 0,2% em maio, ante alta de 0,2% em abril

18/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Indicador Serasa Experian de Atividade Econômica (PIB Mensal) teve queda de 0,2% em maio, com ajuste sazonal. No confronto com o quinto mês de 2016, contudo, houve aumento de 0,9%. A taxa no ano até maio, por sua vez, acumula retração de 0,1% em relação ao mesmo período do ano passado.

De acordo com nota da Serasa divulgada nesta terça-feira, 18, o agravamento da crise política a partir da segunda quinzena de maio pode ter impactado o indicador, afetando os investimentos e as exportações, “reduzindo o ímpeto registrado na abertura do segundo trimestre, de alta de 0,2% em abril.”

Do lado da oferta, o segmento agropecuário foi o único a registrar declínio, de 3,1% no quinto mês na comparação com o anterior. Já a atividade no setor industrial (0,6%) e de serviços (0,3%) apresentaram alta em maio no confronto com abril.

Sob a ótica da demanda, a Serasa destaca que houve queda em todas as categorias. Foi registrada retração de 0,2% no consumo das famílias; de 0,4% nos gastos do governo; de 2,1% nos investimentos; de 4,5% nas exportações; e de 6,1% nas importações no quinto mês de 2017 ante abril.

Já no ano até maio, a atividade agropecuária acumula crescimento expressivo de 15%, conforme os dados. Já a indústria e o setor de serviços têm queda de 1,0% e de 1,2%, pela ordem.

Ainda nessa base de comparação, praticamente todos os componentes da demanda agregada recuaram: consumo das famílias (-1,4%), consumo do governo (-1,9%), investimentos (-4,4%) e exportações (-0,4%). Já as importações cresceram 5,9% no acumulado dos cinco primeiros meses deste ano em relação a igual período de 2016.

UE propõe tarifas sobre aço do Brasil, Irã, Rússia e Ucrânia

18/07/2017 – Fonte: Exame

A ideia é combater o que a União Europeia considera como preços injustamente baixos



A União Europeia está planejando impor taxas de até 33 por cento sobre as importações de aço laminado a quente do Brasil, Irã, Rússia e Ucrânia para combater o que considera preços injustamente baixos, de acordo um documento consultado pela Reuters.

A Comissão Europeia, que fiscaliza a política comercial da União Europeia, abriu uma investigação sobre aço laminado a quente importado do Brasil, Irã, Rússia, Ucrânia e Sérvia em julho de 2016, depois que recebeu uma denúncia da Eurofer, a associação europeia de aço.

A investigação determinou que o aço laminado a quente de todos os países, exceto da Sérvia, passou a ter 12,6 por cento do mercado do bloco até meados de 2016 ante 7,5 por cento em 2013, com redução de cerca de um quarto nos preços, de acordo com o documento.

A Comissão está propondo tarifa de 16,3 por cento sobre aço da ArcelorMittal Brasil, 17,5 por cento para a Usiminas e 15,7 por cento para a CSN.

Para as siderúrgicas russas NLMK, MMK e PAO Severstal as tarifas variam de 5,3 a 33 por cento. No caso da iraniana Mobarakeh Steel, a sobretaxa proposta é de 23 por cento, enquanto para a ucraniana Metinvest Group a proposta é de 19,4 por cento.

As tarifas definitivas devem ser aplicadas até 6 de outubro

Inda revisa projeção para o ano e queda de vendas deverá ser de 5%

18/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Depois de um primeiro semestre pior do que o esperado, o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda) revisou para baixo nesta terça-feira, 18, sua estimativa de vendas para este ano. A nova projeção é de que as vendas da rede de distribuição caiam 5% neste ano em relação ao ano passado, ante uma estimativa anterior de recuo de 2%.

Segundo o presidente do Inda, Carlos Loureiro, considerando o acumulado dos últimos 12 meses do ano, a queda em relação ao mesmo período do ano anterior é de 5,6%. Já na comparação de semestre contra semestre o recuo chega a 11%.

O desempenho do Inda vem na contramão do consumo aparente de aço plano no Brasil, que no primeiro semestre cresceu cerca de 14%. Isso porque, explica Loureiro, parte desse crescimento está vindo do setor automotivo e o de máquinas agrícolas, que compram diretamente das usinas e não da rede de distribuição.

O motivo desse descolamento, segundo o executivo, é a perda do market share para produtos importados e ainda a penalização da rede de distribuição dos seguidos aumentos de preços capitaneados pelas siderúrgicas.

Aumentos de preço/b>

O aumento de preços da Usiminas para a bobina a quente, conforme antecipado pela Coluna do Broadcast, valerá a partir do dia 21 de julho, disse nesta terça-feira o presidente do Inda.

Já a ArcelorMittal reajustará seus preços em 10% para a rede de distribuição a partir do dia 24 e a Gerdau no dia 1 de agosto, também com o percentual de 10%.

O executivo disse que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ainda não comunicou reajustes, mas a expectativa é de que a empresa siga o mesmo caminho.

Loureiro explicou que a razão do aumento de preços para a bobina a quente – e não para o produto a frio – é que hoje há mais riscos de aumento de importação para a bobina a frio, dado o diferencial de preço do produto nacional do importado.

O fino a frio está hoje com um prêmio – diferença do preço nacional em relação ao importado nacionalizado – de 10%. No caso do fino a quente, esse percentual será alcançado após essa rodada de aumento.

Rio Tinto reduz projeção de embarques de minério de ferro em 2017

18/07/2017 – Fonte: Reuters

A mineradora Rio Tinto reduziu nesta terça-feira sua projeção para embarques de minério de ferro no ano calendário de 2017 em até 10 milhões de toneladas, citando clima desfavorável e trabalhos em andamento para modernizar suas linhas ferroviárias.

Os embarques de minério de ferro da companhia foram estimados em 330 milhões de toneladas, queda ante uma projeção anterior de entre 330 milhões e 340 milhões de toneladas, disse a segunda maior produtora do mundo em seu relatório de produção do segundo trimestre.

"Os embarques de minério de ferro foram impactados por uma aceleração em nosso programa de manutenção de ferrovias, após um clima ruim no primeiro trimestre", disse o presidente da companhia, Jean-Sebastien Jacques.

Os embarques de minério de ferro da Austrália caíram 6 por cento ante o ano anterior, para 77,7 milhões de toneladas, levemente abaixo das estimativas de analistas.

Os embarques no primeiro semestre totalizaram 154,3 milhões de toneladas, indicando que a companhia espera elevar os embarques nos próximos dois trimestres. A produção no segundo trimestre nas minas na Austrália caiu 1 por cento, para 79,8 milhões de toneladas, disse a Rio Tinto.

Compras de aço pela rede de distribuição cai 7,8% em junho

18/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

As compras de aço pela rede de distribuição em junho somaram 229,6 mil toneladas, queda de 7,8% em relação ao observado no mesmo mês do ano passado, de acordo com dados do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda). Na comparação com maio o recuo foi de 0,8%.

Esse levantamento inclui chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, chapas zincadas a quente, chapas eletro-galvanizadas, chapas pré-pintadas e galvalume.

Já as vendas de aço pela rede caíram 14,7% ante junho de 2016 para 223,2 mil toneladas. Em relação ao mês imediatamente anterior a retração foi de 7,4%.

Com esse desempenho, os estoques da rede subiram 0,7% ante maio para 955,9 mil toneladas. O giro de estoques também cresceu para 4,3 meses.

As importações realizadas pela rede de distribuição de aço somaram em junho 102,4 mil toneladas, recuo de 8,5% ante maio, mas um aumento de 254,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

Para julho, a expectativa da rede associada ao Inda é de estabilidade das compras em relação a junho e um aumento de 2% nas vendas.

Usiminas avalia aumento de chapas grossas

18/07/2017 – Fonte: DCI

São Paulo - A Usiminas estuda aumento de preços em chapas grossas para a distribuição, após divulgar na semana passada reajuste em laminados a quente. Segundo apurou o DCI, o movimento seria para compensar a falta de produtividade do laminador de Cubatão (SP).

"Além do mercado em baixa, o laminador de Cubatão opera de maneira instável, com paradas rotineiras que derrubam a produtividade", disse uma fonte.

Conforme apurou o DCI, a siderúrgica estuda elevar os preços das chapas grossas, que são usadas basicamente em infraestrutura e óleo e gás. "Assim como em laminados a quente, o reajuste de chapas grossas precisa 'pegar', ou seja, os concorrentes têm que acompanhar o aumento", pondera uma fonte.

Conjuntura

Uma fonte na Usiminas observa que, diante da forte queda em chapas grossas no Brasil, será difícil avançar com o plano de reajuste se os concorrentes não acompanharem o movimento. "O aumento em laminados a quente já veio como um susto para nós."

Em nota, a Usiminas declarou que não há informações adicionais ao divulgado na semana passada quanto a aumento de preços. O reajuste anunciado pela companhia na distribuição foi de 10,7%.

Conforme apurou o DCI, o complexo santista enfrentaria ainda dificuldades para receber as placas para laminação que, em sua maioria, são compradas da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA).

"Em Cubatão, falta placa constantemente. E como a planta não tem competitividade, trabalha sem plano definido. Tudo é motivo para economia", explica uma fonte ligada à empresa. "E a falta de continuidade das operações é feita de maneira deliberada."

Em nota, a Usiminas esclarece que "a informação sobre problemas no recebimento de placas da CSA não é verdadeira." A siderúrgica acrescenta "que desde a paralisação das áreas primárias, a unidade de Cubatão tem operado em um novo modelo de negócios e está funcionando normalmente e em equilíbrio."

"A empresa destaca ainda que "o programa de operação dos equipamentos é estabelecido pela demanda do mercado, considerando a otimização dos recursos que impactam na competitividade dos produtos."

O dirigente do sindicato dos metalúrgicos da Baixada Santista, Claudinei Rodrigues, confirma as paradas no laminador a quente. "Na decapagem a produção está em franco crescimento, mas na laminação a quente há paradas de vez em quando."

Fontes ligadas à companhia afirmam que o laminador a quente em Cubatão é relativamente novo, mas o grande problema é a falta de ritmo de produção. "Quando o mercado retornar, a tendência é equalizar os processos e reduzir custos. Mas isso deve levar um tempo", diz uma fonte.

Volkswagen avalia opções para fabricante de transmissões Renk, dizem fontes

18/07/2017 – Fonte: DCI

Empresa espera que o movimento interesse grupos de private equity como KKR, CVC, Cinven, Carlyle e Advent

A Volkswagen está considerando opções para sua participação majoritária na fabricante de transmissões Renk, em meio a uma revisão de estratégia da montadora alemã após o escândalo de emissão de poluentes, disseram pessoas familiarizadas com o assunto.

A montadora está trabalhando com o Citi para decidir o futuro da Renk, que pode resultar na venda da empresa de transmissões e rolamentos usados em navios para turbinas eólicas, disseram as fontes.

Se uma decisão formal de vender a Renk for tomada, um leilão pode ser lançado no segundo semestre deste ano, e a companhia pode ser avaliada entre 687 e 916 milhões de dólares, acrescentaram.

A MAN, unidade da Volkswagen, detém 76 por cento da Renk e tem 390 milhões de euros em ações e 214 milhões em dinheiro, segundo seu relatório anual de 2016. No ano passado, a Renk teve lucro antes de impostos de 65 milhões de euros e Ebitda (lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização) em torno de 80 milhões de euros nas vendas de 496 milhões.

A empresa espera que o movimento interesse grupos de private equity como KKR, CVC, Cinven, Carlyle e Advent, disseram as fontes.

No Paraná ,189,8 mil veículos foram financiados no 1º semestre do ano

18/07/2017 – Fonte: Bem Paraná

Estado é líder no volume de vendas financiadas na região Sul



Ao somar 189.882 unidades financiadas no primeiro semestre do ano, o Paraná manteve a liderança no volume de financiamentos de veículos novos e usados da região Sul. Já no ranking nacional, o estado ocupa a terceira posição, atrás de São Paulo e Minas Gerais. Os dados consideram automóveis leves, motos e pesados.

O levantamento é da B3, empresa resultante da combinação de atividades da BM&FBOVESPA, uma das maiores bolsas do mundo em valor de mercado, e a Cetip, maior depositária de títulos privados da América Latina.

A B3 opera o Sistema Nacional de Gravames (SNG), base integrada de informações que reúne o cadastro das restrições financeiras de veículos dados como garantia em operações de crédito em todo o Brasil. O SNG impede que o processo de financiamento de veículos seja suscetível a fraudes sistêmicas.

A categoria de automóveis leves totalizou 161.883 unidades vendidas a crédito nos seis primeiros meses do ano, avanço de 4,5% em relação ao mesmo período do ano passado. Além disso, foram financiados 17.783 motos e 9.592 veículos pesados.

O Sul possui o segundo maior volume de financiamentos de veículos em todo o Brasil.

No primeiro semestre do ano, a região acumulou 498.245 vendas de veículos a crédito, aumento de 8,2% em relação ao mesmo período de 2016. Deste total, os automóveis leves foram responsáveis por 87% das negociações, somando 432.565 unidades financiadas.

O total de veículos financiados no Brasil no primeiro semestre do ano somou 2.425.796 unidades, entre automóveis leves, motocicletas, pesados e outros, alta de 7,4% em relação ao mesmo período de 2016. Desse total, veículos novos somaram 845.217 unidades vendidas a crédito, enquanto os usados chegaram a 1.580.579.

NSK comemora 45 anos com crescimento e contratações

18/07/2017 – Fonte: Automotive Business



Fábrica de Suzano terá cerca de 430 funcionários até o fim de agosto

A NSK do Brasil comemorou no dia 17 de julho os 45 anos do primeiro rolamento saído de sua fábrica de Suzano (SP). A companhia de origem japonesa vive um bom momento no País com o mercado de reposição, exportações e o crescimento da produção de veículos com destino também ao mercado externo.

“A fábrica tem 22 linhas de produção e quase todos os setores estão passando para três turnos. Entre julho e agosto vamos aumentar o número de pessoas em 7%”, afirma o diretor comercial, Alexandre Fróes, referindo-se a uma contratação próxima a 30 pessoas, já que a planta de Suzano tem cerca de 400 funcionários.

Em 2016 a produção local teve crescimento “de dois dígitos” sobre 2015 e neste primeiro semestre de 2017 houve alta de cerca de 6% sobre o mesmo período do ano passado, de acordo com Fróes.

“Em junho de 2015 produzimos 2,5 milhões de rolamentos. Em junho deste ano atingimos 3,5 milhões e estamos estudando formas de chegar aos 4 milhões mensais até o fim do ano”, diz o executivo, confiante na demanda interna e exportações.

“Tivemos um primeiro trimestre muito forte no mercado interno com o fornecimento aos fabricantes de máquinas agrícolas e para automóveis também. Nas exportações houve uma demanda grande para os Estados Unidos.

As vendas para a Argentina também aumentaram”, diz. A empresa tem um escritório no país vizinho, outro no Chile e também envia seus rolamentos ao Uruguai e Paraguai, onde há representantes comerciais. Mas só Brasil e México têm fábrica na América

Latina.



Primeiro rolamento NSK feito em Suzano é de 17/7/1972; empresa produz desde o rolamento de roda comum até o de 3º geração, aquele com sensores integrados no alto da imagem direita (fotos: Mário Curcio).

Vale ressaltar que o crescimento em 2017 será sustentado por todos os segmentos em que a NSK atua no Brasil. Cinquenta por cento dos rolamentos que saem de Suzano são para o setor automotivo (veículos leves, pesados e motos) e os outros 50% têm como destino o segmento que ela classifica como industrial, composto por máquinas agrícolas, motores elétricos e bombas, entre outros.

Um setor que tem ajudado a trazer volume para a fábrica é o de duas rodas. A empresa fornece para a maioria das fábricas instaladas em Manaus e desde o fim de 2016 ampliou sua atuação no mercado de reposição de motos. A ação começou no Centro-Oeste (veja [aqui](#)) e, segundo Fróes, já obtém bons resultados também no Sudeste.

EM SUZANO, A PRIMEIRA NSK FORA DO JAPÃO

A unidade de Suzano foi a primeira da NSK erguida fora do Japão. Produziu 1,15 bilhão de rolamentos desde 1972. Fabrica rolamentos de 2,6 a 20 centímetros de diâmetro, mas também revende modelos menores ou maiores que estes, trazidos de outras plantas.

É a única indústria de rolamentos no Brasil a fabricar as próprias esferas. No setor automotivo, produz desde os rolamentos de roda comuns até os de terceira geração, já com sensores eletrônicos integrados.

Para as montadoras de motos são fabricados cerca de 170 modelos, que resultam num fornecimento mensal de 800 mil unidades. A fábrica brasileira também tem o próprio centro tecnológico, um dos 14 existentes.

Em novembro do ano passado a companhia chegou aos 100 anos. Em todo o mundo a NSK tem 64 fábricas, em 12 países. O faturamento no ano fiscal de 2016 foi de US\$ 8,9 bilhões.

Grupo Renault atinge novo recorde de vendas globais no semestre

18/07/2017 – Fonte: Automotive Business

O Grupo Renault encerrou o primeiro semestre com novo recorde de vendas globais ao atingir 1,88 milhão de veículos, volume 10,4% maior do que o apurado em igual período do no passado, conforme comunicado divulgado na segunda-feira, 17.

A companhia registra aumento de 0,3 pontos porcentuais, para 4,1% de sua participação no mercado mundial. Todas as marcas obtiveram resultados positivos no período, sendo que a Renault e a Dacia tiveram recorde no semestre. Além disso, as vendas totais do grupo cresceram em todas as regiões do mundo.

“Nossa estratégia de renovação [de produtos] e de expansão geográfica continua a produzir resultados”, disse o membro do comitê executivo e vice-presidente do grupo para vendas e marketing, Thierry Koskas.

Por marcas, a Renault entregou pouco mais de 1,34 milhão de veículos em todo o mundo na primeira metade do ano, aumento de 9,7% na comparação anual, enquanto Dacia e Lada anotaram 332,8 mil e 150,3 mil, alta de 11,8% e 12,2%, respectivamente.

Por regiões, houve incremento de dois dígitos nos principais mercados, exceto na Europa e Eurásia, onde as entregas cresceram respectivamente 5,6%, para pouco mais de 1,02 milhão de veículos, e 8,6%, para 323 mil unidades. Na União Europeia, o Grupo Renault conseguiu superar o rival PSA e assumiu a vice-liderança do mercado local no primeiro semestre.

Na Ásia-Pacífico o grupo registrou seu maior índice de crescimento, que foi de 50,5% ao atingir 100,4 mil unidades, enquanto na África e Oriente-Médio os emplacamentos avançaram 19,3%, para 249 mil unidades.

Nas Américas o desempenho foi 14,6% melhor neste primeiro semestre na comparação com o mesmo do ano passado, ao vender 181,5 mil unidades. Na Argentina, as vendas da Renault subiram 45,6%, para 57,7 mil, e no Brasil, com a venda de 73,4 mil veículos, a marca superou seu resultado anual em 4,2%, além de aumentar em 5,1% sua participação de mercado, para 7,4%.

Grupo Renault: 15 maiores mercados no 1º semestre 2017			
Posição	País	Volumes 2017*	Market share em Automóveis e Comerciais leves
		(unidades)	(%)
1	FRANÇA	368.002	26,96
2	RÚSSIA	201.065	27,98
3	ITÁLIA	122.339	9,99
4	ALEMANHA	115.977	6,04
5	ESPAÑHA	89.473	11,63
6	PERU	75.130	18,73
7	BRASIL	73.416	7,40
8	IRÃ	68.365	9,77
9	REINO UNIDO	66.974	4,21
10	ARGENTINA	57.711	13,32
11	ÍNDIA	57.201	3,29
12	COREIA DO SUL	52.882	5,97
13	BÉLGICA + LUXEMBURGO	50.313	12,58
14	CHINA	35.647	0,28
15	MARROCOS	35.365	41,86

*Vendas de veículos não inclui Twizy

Continental e Osram negociam parceria em iluminação automotiva

18/07/2017 – Fonte: Automotive Business

Continental e Osram estão em negociações para criar uma empresa em sociedade para desenvolver produtos de iluminação automotiva, segundo noticiou na semana passada a revista alemã *Wirtschaftswoche*. As duas companhias confirmam que estão estudando a possível parceria, mas ainda não chegaram a um acordo e não têm definições ou decisões tomadas sobre o negócio.

A união das empresas alemãs seria complementar, juntando a produção de lâmpadas automotivas da Osram com os sistemas eletrônicos produzidos pela Continental. Conforme publicou a revista, a joint venture pode ser criada no início de 2018, unindo em uma operação cerca de 1,5 mil empregados de ambas as companhias e vendas anuais estimadas de € 200 milhões a € 300 milhões.

Tintas MC retoma negócios com o setor automotivo

18/07/2017 – Fonte: Automotive Business

De olho na recuperação das vendas de veículos, bem como no bom momento do mercado de reposição, a rede varejista Tintas MC está retomando as vendas de tintas para o setor automotivo. As perspectivas são bastante positivas para a empresa, que projeta faturar R\$ 170 milhões neste ano, em parte por causa da recuperação do segmento.

“O setor automotivo deverá representar de 25 a 30% do faturamento em 2017”, afirma o diretor da MC, Renato Sá.

Para conduzir a nova área de negócios, a empresa anuncia a contratação de Emerson Muneratto, que será o novo responsável por toda a parte de tinta automotiva e industrial.

O gerente estará à frente de projetos em conjunto com as 80 unidades da empresa, além das franquias da marca, a fim de ampliar as vendas na capital paulista e expandir sua atuação em outras regiões. “O mercado automotivo dedicado a tintas não possui sazonalidade, pois é um mercado que gera vendas diariamente para todas as lojas”, revela Muneratto.

Entre as metas, a empresa quer desenvolver uma carteira de clientes que deverá incluir concessionárias e também oficinas especializadas na área de repintura automotiva:

“Temos oficinas de grande porte no mercado, onde as multimarcas e concessionárias correspondem a 15% do consumo, mas temos uma venda expressiva para as oficinas de médio e pequeno porte que correspondem a 75% do consumo. Por isso, o intuito é expandir nossas vendas para lojas especializadas da rede que estão distribuídas estrategicamente pela cidade de São Paulo, ABC e litoral”, acrescenta o executivo.

Para ele, atuar com a venda de tintas automotivas demanda mão de obra especializada e a necessidade de entender o mercado, além de seus processos técnicos e produtos. “Mesmo assim, existe uma média de venda constante durante os meses, ou seja, não é preciso esperar o fim do ano para vender bastante”, finaliza.

Atuando em várias frentes com tintas imobiliárias, industriais, acessórios e agora novamente com repintura automotiva, as 53 lojas da Tintas MC localizadas em São Paulo trabalham com as principais marcas do mercado como Suvinil, Coral, Sherwin Williams, Tigre, Norton, Exin, Akzo Nobel e PPG, entre outras.

Mapas Here passam a equipar modelos Volvo

18/07/2017 – Fonte: Automotive Business



Os veículos da Volvo agora são equipados com mapas e sistema de navegação Sensus, da Here Technologies, fornecedora de mapas para automóveis. A atualização automática sobre condições da estrada e mudanças de rota, por exemplo, é automática e enviada por meio da nuvem da montadora, cujas informações são transmitidas globalmente aos modelos equipados com o sistema, como o XC90, S90, V90, V90 Cross Country e a nova geração do XC60.

As atualizações dos mapas são feitas em alta frequência na Europa, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia, entre outros mercados. Quando conectados, os mapas podem ser atualizados diretamente do carro, automaticamente ou manualmente.

Segundo a Here Technologies, a quantidade de veículos com atualização automática pode aumentar em até dez vezes até 2020. “Os mapas com atualização permanente são parte essencial de uma condução mais segura e divertida”, afirma Ralf Herrtwich, vice-presidente sênior de automóveis da Here. “Com as atualizações, os motoristas da

Volvo poderão desfrutar de mapas atualizados no sistema de navegação em mais de 130 países”.

A empresa também vem intensificando sua atuação em sistemas de mapas de alta precisão focados em carros autônomos